

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Departamento de Economia e Relações Internacionais

Raphael Castro Martins

De ideias e lugares: uma história do liberalismo econômico no Brasil

Porto Alegre

2017

Raphael Castro Martins

De ideias e lugares: uma história do liberalismo econômico no Brasil

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Martins, Raphael Castro

De ideias e lugares: uma história do liberalismo econômico no Brasil / Raphael Castro Martins. -- 2017. 62 f.

Orientador: Ivan Colangelo Salomão.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Liberalismo. 2. Economia Política. 3. História Econômica. I. Salomão, Ivan Colangelo, orient. II. Título.

Raphael Castro Martins

De ideias e lugares: uma história do liberalismo econômico no Brasil

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Curso de Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Octavio Augusto Camargo Conceição- UFRGS

Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca - UFRGS

Prof. Dr. Ivan Colangelo Salomão- UFRGS (orientador)

AGRADECIMENTOS

O agradecimento principal vai para a minha mãe, Regina, por todo esforço e dedicação sem os quais não seria possível eu estar aqui.

Também agradeço a todos os meus amigos que me apoiaram por todo este caminho, é inviável nominar a todos vocês neste momento sem cometer a injustiça de esquecer alguém, mas vocês sabem quem são. À minha namorada, Manuela, por todo o companheirismo destes últimos anos e dos anos que virão, sua companhia durante este período de graduação certamente os tornaram muito melhores. Também agradeço à Farofa, a melhor vira-lata deste mundo.

E, por último, mas de suma importância, ao professor Ivan Salomão, meu orientador, por estar sempre acessível e me motivar quando mais foi necessário e sem o qual este trabalho não seria possível. Sua presença no quadro docente certamente garantirá um futuro de qualidade para a Faculdade de Economia.

RESUMO

O liberalismo, tanto econômico quanto social, sempre encontrou dificuldades de realização em terras brasileiras, dadas nossas relações sociais baseadas inicialmente em escravidão e, após isso, em favoritismos. Este clima institucional não impediu, porém, o desenvolvimento de obras liberais autóctones, mesmo que grandemente influenciadas pelo que se produziu internacionalmente. O objetivo deste trabalho é sistematizar tais obras idealizadas pelos liberais brasileiros, especialmente em sua análise econômica. São retomados os principais argumentos feitos pelos liberais desde a independência brasileira até as posições dos atuais economistas que indicam a abertura de mercados e diminuição estatal como caminho para o desenvolvimento. A análise econômica liberal é uma que começa como panfletária, no sentido amplo na palavra, durante o século XIX e busca tornar-se cada vez mais científica no século XXI, passando por processos de transições durante o século XX que a dotaram neste período tanto das características marcantes do século XIX, quanto do XXI. É um ponto de vista analítico que sofre transformações, mas, como o trabalho pretende mostrar, mantém-se constante em suas posições básicas que dizem respeito a eficiência de mercados e aversão a demasiada intervenção governamental.

Palavras-chave: Liberalismo. Economia política. História Econômica. Brasil

ABSTRACT

Liberalism, both social and economic, always had difficulty finding its place in Brazilian lands, given our social relationships, first based on slavery, and then based on favoritism. This institutional climate didn't stop, however, the development of local liberal works, even if greatly inspired by what was produced abroad. The objective of this study is to systemize those works idealized by Brazilian liberals, especially while dealing with economics. The main liberal arguments made since Brazil's independence until today are reproduced here, all which point open markets and less state control as the right way for the county's development. Brazilian liberal economic analysis begins as ideological, in the ample sense of the word, during the 19th century and strives to become more scientific during the 21st century, going through changing processes during the 20th century, which endowed it with general characteristics from both the 19th, and the 21st centuries. It's an analytical point of view that went through changes, but, as this study intends to show, is constant in its basics positions, which are market efficiency and aversion to too much government intervention.

Keywords: Liberalism. Political Economy. Economic History. Brazil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Variação real no valor do salário mínimo em São Paulo e no Rio de Janeiro durante os anos de 1966 até 1972.....	40
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ECONOMIA POLÍTICA E POLÍTICA ECONOMICA NO CONTEXTO AGRÁRIO-EXPORTADOR	13
2.1 O Ideário Liberal Durante o “Longo Século XIX”	13
2.1.1 O Lugar das Ideias no Século XIX	18
2.2 Posição do Brasil na divisão internacional do trabalho	19
2.2.1 O caminho do desenvolvimento: indústria agrária x urbana	19
2.2.2 Desenvolvimento do Código Comercial de 1850	21
2.2.3 A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)	22
2.3 O debate monetário no século XIX	24
2.3.1- O debate europeu	24
2.3.2 Reprodução do debate monetário no Brasil	26
3 O DEBATE ECONÔMICO NA ERA DESENVOLVIMENTISTA	30
3.1- Eugenio Gudín e a defesa da Economia Clássica após a crise de 1929	30
3.1.1 “A Controvérsia do Planejamento” e a defesa dos mecanismos de mercado	33
3.2-Roberto Campos: do ecletismo ao liberalismo	35
3.2.1 A posição do parlamentar liberal Roberto Campos	37
3.3 O monetarismo tropical: a contribuição teórica de Mario Henrique Simonsen ...	39
3.3.1 A crítica de Simonsen aos pressupostos das expectativas racionais	43
4 A TEORIA ECONOMICA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI	46
4.1 Método na economia ortodoxa moderna	47
4.2 Recomendações econômicas para o século XXI	49
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

O liberalismo surge no Brasil em circunstâncias distintas daqueles países da América Ibérica, pois, dentre outros motivos, houve a proibição do estabelecimento de tipografias locais, fazendo com que o conteúdo consumido fosse majoritariamente europeu, relutância dos portugueses em criar universidades fora da metrópole e a ligação do liberalismo brasileiro à monarquia, vista como um sistema político mais estável do que a República. (LYNCH, 2007)

Inevitavelmente os liberais brasileiros posteriores sofreram influências destes primeiros, fazendo com que a elaboração das teorias locais, em geral, tivesse origem em uma idealização pensada à realidade europeia, e não as particularidades brasileiras. Estas e outras peculiaridades do liberalismo brasileiro levaram autores como Roberto Schwarz (1992) a questionar a adequação deste “liberalismo importado” à realidade brasileira com suas diferentes instituições e padrões de relações sociais.

Bielchowsky em seu livro *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo* apresenta sua análise como um meio de interligar a história do pensamento econômico brasileiro com os próprios caminhos da história brasileira. O autor define sua obra como um misto entre história de sistemas de economia política e história do pensamento econômico. Este trabalho se justifica, a partir disto, em sua tentativa de complementar análises e esforços de sistematização do desenvolvimento da história intelectual econômica brasileira nos moldes metodológicos da obra de Bielchowsky, qual seja, classificação e esquematização de obras representativas de épocas e autores. Esta monografia, porém, parte de diferentes objetivos e de diferente restrição histórica da obra de Bielchowsky, que restringe sua análise entre os anos de 1930 até 1964, período que chama de ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Outra diferença crucial é o foco da obra: se, por um lado, Bielchowsky dá maior atenção ao progresso das correntes desenvolvimentistas, dedicar-se-á, aqui, maior atenção às correntes denominadas liberais ou neoliberais¹. Com este objetivo em mente, foram

¹ Aqui o termo neoliberal será utilizado para definir os liberais que realizaram sua obra após a década de 1930, como também definido por Bielchowsky. Não é, portanto, uma mudança de termos que pressupõe mudanças radicais de filosofia, mas de temporalidade.

utilizados tanto leituras de terceiros sobre os autores e assuntos aqui tratados quanto leituras e análises das obras originais.

Se deve notar a utilização dos termos liberalismo e ortodoxia utilizados neste trabalho de maneira aparentemente substituível, principalmente quando tratado das teorias econômicas mais próximas ao presente. A definição de ortodoxia aqui é similar àquela definida por Fonseca (2010) como *mainstream*, isto é: “liberalismo econômico, este entendido como as teorias e práticas de política econômica adotadas pelo *mainstream* [...] respaldado na máxima do *laissez-faire*.” (FONSECA, 2010, p.425)

Este trabalho está dividido em três diferentes capítulos, além de introdução e da conclusão. Nos dois primeiros capítulos procura-se investigar a contribuição de autores liberais e neoliberais considerados representativos de suas épocas para o desenvolvimento da teoria econômica brasileira, tanto do ponto de vista da formulação de políticas públicas, quanto no avanço científico. O último capítulo por sua vez, por tratar de períodos recentes, discorre menos sobre autores específicos, procurando apresentar em linhas gerais o viés do pensamento liberal moderno.

Os autores escolhidos no primeiro capítulo como representativos do pensamento liberal no contexto agrário-exportador foram José da Silva Lisboa, Tavares Bastos e Joaquim Murinho. O capítulo ainda apresenta, além da contribuição destes autores citados, o desenvolvimento do debate monetário entre papelistas e metalistas e a posição dos autores liberais quanto à inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho.

No segundo capítulo foram escolhidas as obras de Eugenio Gudín, Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen como as de maior relevância para entender os argumentos liberais durante a era desenvolvimentista do Brasil. Nota-se que nestes dois primeiros capítulos foram escolhidos autores inseridos dentro de um paradigma econômico, mas em diferentes épocas dentro da abrangência de tal paradigma, visando melhor entender a visão liberal e neoliberal em face de diferentes circunstâncias.

O terceiro e último capítulo trata das evoluções metodológicas recentes da economia liberal ortodoxa, bem como das contribuições práticas destes novos métodos em forma de recomendações de políticas macroeconômicas indicadas pelos autores brasileiros liberais modernos. A partir deste apanhado de ideias desenvolvidas

por autores liberais, pretende-se entender as mudanças e as constâncias em suas análises, bem como entender as circunstâncias que levaram a mudanças em seus pensamentos.

2 ECONOMIA POLÍTICA E POLÍTICA ECONOMICA NO CONTEXTO AGRÁRIO-EXPORTADOR

O contexto agrário-exportador brasileiro tratado neste trabalho pode ser entendido como o período que parte do início do processo de independência brasileiro até o início do século XX, principalmente após a crise de 1929, em que começam a ser aplicados programas nacionais de industrialização.

Neste contexto serão analisados três diferentes assuntos relacionados com a economia liberal. Na primeira seção tratar-se-á de três teóricos liberais que desenvolveram teorias e recomendações com fins de resolver situações particulares de sua época durante o século XIX: José da Silva Lisboa, Tavares Bastos e Joaquim Murinho. Na segunda seção será posta a discussão da posição brasileira na divisão internacional do trabalho, ou seja, se deveriam ser mantidas as relações de produção agrário-exportadoras ou se deveria avançar para a produção industrial. Na terceira serão tratados dos debates sobre política monetária ocorridos durante o período em questão.

2.1 O Ideário Liberal Durante o “Longo Século XIX”

Durante o século XIX ainda não se haviam desenvolvido teorias econômicas autóctones propriamente ditas em território brasileiro, o que havia aqui eram burocratas, empresários, políticos e homens públicos em geral que versavam sobre economia nas entrelinhas de seus discursos e obras. Não ter desenvolvido teorias econômicas formais não quer dizer, porém, que as ideias dos liberais daquele século não sirvam como um válido estudo da pré-história do ideário ortodoxo que será desenvolvido posteriormente no país.

A fim de fazer um breve mapeamento de tais ideias liberais proeminentes durante o “longo século XIX” serão utilizadas as leituras de três importantes autores que tiveram foco em assuntos distintos durante diferentes períodos do século XIX, tentando assim apresentar um maior leque das abordagens liberais durante o período tratado. Os três autores apresentados serão, em ordem: José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), Tavares Bastos e Joaquim Murinho.

José da Silva Lisboa foi um dos mais marcantes defensores e divulgadores da doutrina liberal na história brasileira, sendo que tamanha importância da sua obra também pode ser atribuída à época em que formula seus escritos e discursos. Nascido

em 1756 na cidade de Salvador na Bahia, Cairu participou tanto da transição brasileira de Colônia para Império, quanto das diversas agitações civis que ocorreram dentro do território brasileiro, como a Confederação do Equador e a Revolução Farroupilha, que tem início no ano de sua morte. Diante de tal agitação social surge um Cairu que, segundo Paim (1998), chega a abandonar sua obra de tratadista de direito para se tornar panfletário, no sentido amplo do termo, do liberalismo econômico.

Proeminente defensor do livre comércio e grande apoiador da abertura dos portos em 1808, teve como pauta principal dos seus discursos a defesa de tal liberdade comercial. Inspirado pelos escritos de Adam Smith, Cairu teve a responsabilidade de tentar efetivar mudanças no pensamento dos comerciantes da época, acostumados com relações monopolistas e que estavam prestes a mudar para uma situação em que haveria maior concorrência depois da abertura dos portos. Os esforços de Cairu como professor de economia política parecem ter sido, entretanto, em vão:

“O suplicante aprecia, quanto deve a suas graças da cadeira de ciência econômica; e, em obediência à Ordem expedida por Vossa excelência, passou logo da Bahia para esta capital. Mas tem observado que o público não conhece a importância daquela ciência, nem está preparado para ela com os estudos competentes, e está cheio de errôneas preocupações a esse respeito.” (LISBOA, *apud* FARIA JUNIOR, p.126.)

Acerca do comércio e produção também redigiu um tratado nomeado *Observações sobre a franqueza da indústria, e estabelecimento de fábricas no Brasil* (1810), que será tratado de forma mais detida na seguinte seção que discorrerá sobre o posicionamento liberal acerca do lugar brasileiro na divisão internacional do trabalho.

Cairu, apesar de ter dedicado mais tempo à questão comercial, trata também de diversos assuntos como escravidão e moralidade e através destes escritos mostra um pouco mais do pensamento liberal ao fim do século XVIII e começo do XIX. De acordo com Alves (2004), ao escrever *Da liberdade do trabalho*, publicação póstuma de 1851, Cairu buscou grande inspiração n’*A Teoria dos sentimentos morais*, de Adam Smith, e através dos conceitos de moralidade e civilização apropriados deste autor nomeia algumas características básicas que devem ser tidas pelo trabalho. Estas características são: racionalidade, ou seja, liberdade para realizar atividades que conviessem a sua necessidade; respeito às limitações físicas dos indivíduos e acesso do trabalhador ao fruto de seu trabalho.

No que tange a questão da organização laboral Cairu conclui que, ao não ter acesso ao fruto de seu trabalho, o escravo não tem estímulo para produzir e assim as trocas e a produção, processos essenciais, ficam comprometidos. Não se deve atribuir, porém, a essa contrariedade à escravidão qualquer sentimento contemporâneo de igualdade. Ainda segundo Alves (2004), Lisboa considerava os escravos como seres inferiores, que atrapalhavam o desenvolvimento de uma moralidade social e que deveriam ser domesticados.

O liberalismo de Cairu é, então, relacionado ao comércio e não às relações pessoais e até mesmo ao escopo de ação estatal. Mais próximo da moralidade católica da época do que com a atual moralidade liberal, Lisboa age por anos como Censor do Império e considera a igreja, o governo e o povo como pilares fundamentais da sociedade. Sobre esta questão:

“O princípio malthusiano, conquanto não se aplicasse exatamente ao Brasil, deixa perceber que a "economia" de Cairu não é ainda exatamente a economia dos sonhos de muito liberal, o tradicional *laissez faire* cedendo espaço a um controle estrito e cuidadoso, sempre que a ameaça da dissolução apontasse no horizonte nacional. A "mão invisível" de Cairu, lembremo-nos, é ainda, com alguma clareza, a mão providencial de Deus, embora ele percebesse a necessidade progressiva de substituí-la pelas mãos prudentes do governo humano. (MONTEIRO, 2001, p.192-193)

Tavares Bastos, por sua vez, nascido em 1839, viveu em uma época com preocupações bastante diferenciadas daquelas de Lisboa. Se, por um lado, Cairu tem como ponto central de sua obra a questão do comércio provocada pela abertura dos portos, Tavares Bastos volta sua preocupação para o estabelecimento de relações funcionais de trabalho em um mundo que cada vez mais nega as relações escravistas.

De acordo com Silva (1994), Tavares Bastos é considerado um dos expoentes do pensamento liberal brasileiro na segunda parte do século XIX. Tal título é merecido por conta de sua consistência ideológica, já que era defensor das mais diversas ideias progressistas, as quais defendia com consistência. De tais ideais progressistas, porém, se destaca sua contribuição ao campo da imigração.

A imigração, para Tavares Bastos, não era vista somente como mero artifício para repor a mão-de-obra que os escravos deixariam de ocupar (GUGGLIOTA, 2007). Bastos acreditava que a imigração também serviria como meio de democratizar o Brasil através do trabalho livre. Como liberal, acreditava que o Estado deveria exercer funções básicas para garantir o pleno funcionamento da iniciativa privada, incluindo

dentre tais ações a atração e acomodação de imigrantes e a execução de planos que procuravam tornar mais eficiente a produção agrícola. Dentre tais ações estão: (i) a cobrança de imposto territorial para coibir latifúndios improdutivos; (ii) uma escala móvel para o preço de terras; (iii) alteração no estatuto das terras devolutas, sendo este último fato aquele de maior importância. Ainda segundo Silva (1994), o problema de Bastos com a lei de terras é considerar devolutas as propriedades que não estão em posse privada, isto causava problemas por conta da ação dos fazendeiros em avançar em direção a tais terras, dificultando a demarcação destas. O autor defendia ações alinhadas com o modelo americano, em que o Estado tomava posse das áreas despovoadas, pagando as devidas indenizações, e a partir destas áreas formava os núcleos coloniais.

Tavares Bastos pode ser considerado, então, um liberal mais consistente ideologicamente ao Brasil de sua época, já que grande parte dos autoproclamados liberais de seu tempo eram contra as propostas de Bastos para formação de núcleos coloniais. Estes defendiam os interesses urgentes dos grandes latifundiários, propondo, assim, que o caminho ótimo era pela imigração subsidiada para as propriedades rurais já existentes. Porém, assim como Cairu, ainda não se pode alinhar as motivações de Bastos com a moral liberal atual de igualdade, já que:

“Todavia, não era qualquer imigrante que atraía a atenção de Tavares Bastos que desejava sobretudo os imigrantes vindos do norte da Europa (suíços, alemães, belgas, irlandeses, ingleses, franceses –lamentava que as duas últimas nacionalidades não buscassem o Brasil) e norte-americanos. Os povos latinos não despertavam tanto seu interesse, embora não os excluísse totalmente, pois segundo ele, suas instituições políticas e sociais não haviam avançado; eram povos presos ao pensamento retrógrado do catolicismo e absolutismo – bem diversos dos povos nórdicos que haviam desenvolvido instituições liberais e avançadas nos padrões do progresso.” (GUGLIOTA, 2007, p.74)

Joaquim Duarte Murtinho, nascido em Cuiabá no ano de 1848, teve preocupações centrais ainda diferentes daquelas apresentadas pelos autores anteriores. Atingindo o auge da sua carreira no setor público concomitantemente com o estouro da crise do encilhamento, Murtinho voltou seus esforços ao entendimento dos mecanismos pelos quais a crise foi causada, bem como os meios de superá-la.

Os textos selecionados por Luz (1980) compreendem discursos e escritos de Murtinho sobre os mais variados temas, desde cartas pessoais até relatórios do Ministério da Fazenda sobre a então presente situação das finanças públicas, passando por avaliações de obras como a Ferrovia Central do Brasil. Desses textos

se extrai o sentido geral do pensamento de Murinho, bem como relata suas ações para defender tais ideais.

Faria (2005) atesta que Murinho adquiriu sua formação em meio à explosão das ideias positivistas dentre os acadêmicos da época, porém, mesmo diante de tal influência o autor decidiu tornar o Evolucionismo, também muito divulgado na época, o pano de fundo sobre o qual desenvolveu sua teoria. Tal inspiração ajuda a explicar a aversão que Murinho demonstrava quanto à intervenção estatal nos mercados, já que tal interferência impede a competição livre, não mais selecionando assim os produtores mais adaptados para sobreviverem às exigências dos consumidores.

Passando ao debate econômico propriamente dito, Murinho, em seu relatório de 1900 como Ministro da Fazenda, aponta três causas fundamentais da crise brasileira à época: (i) dissonância entre produção e consumo de café, (ii) discordância entre reservas de ouro e emissões monetárias e (iii) diferenças entre receitas e despesas do Governo, resultado em déficits decorrentes e novos endividamentos. Desses três pontos tiramos as três linhas centrais de argumentos de Murinho - produtiva, monetária e fiscal – tendo as três influências uma sobre a outra.

Quanto ao debate monetário, que será mais detalhado na seção 1.3, Murinho alinha-se com aqueles que favorecem a contração monetária e estabilidade cambial, como bem apresentado já em seu discurso de 1895 para o Senado Federal. Neste discurso, Joaquim Murinho descreve a superemissão de moedas e notas, fato recorrente nos mandatos anteriores, como a pior forma de dívida interna, através da sua contribuição para baixa do câmbio². Tal superabundância de emissões leva a um desenvolvimento industrial sem ordem e sem estudo, levando ao que ele considera os dois fatores de desvalorização da produção brasileira à época: estabelecimento de indústrias artificiais³ e organização agrícola para produção exagerada de café. A superprodução de café leva à diminuição de seu preço, levando a maior necessidade de incentivo aos produtores, gerando mais déficits, muitas vezes financiados por

² Murinho considera o Banco do Brasil como instituição com responsabilidade central nesta situação, advogando no mesmo relatório pela sua extinção.

³ Em seu relatório de 1899 define a indústria natural, aquela que deve ser mantida no país, como a que tem capacidade de produzir o maior resultado possível em relação ao capital investido com o menor preço possível dentro de um regime concorrencial, independentemente de a matéria prima ser originária do país. Ainda afirma que “o ideal econômico de um país não deve ser importar pouco, mas importar e exportar muito” (Luz, 1980, p.185).

emissão, o que levou ao ciclo vicioso que foi plano de fundo da crise do encilhamento. Murtinho apresenta sua solução para tal imbróglio:

Colocada neste terreno, a solução da questão econômico-financeira entre nós só se podia encontrar no restabelecimento da concordância daqueles elementos: reduzindo a produção do café e aumentando seu consumo, reduzindo a massa de papel-moeda e aumentando o valor da exportação, reduzindo a despesa pública e aumentando a receita, - operações todas estas duras, ásperas, irritantes, antipáticas, e às vezes mesmo com aparência de crueldade, mas que o Governo executou com a firmeza, a calma e a serenidade, que só pode dar a consciência de estar bem servindo ao País.(MURTINHO, apud LUZ, 1980, p.218)

Ao justificar suas ações fica clara a influência evolucionista em seu pensamento, no mesmo relatório Murtinho comenta:

“Convicto que a intervenção oficial só poderia aumentar os nossos males, o Governo deixou que a produção do café se reduzisse por seleção natural, determinando-se assim a liquidação e eliminação dos que não tinham condições de vida, ficando ela nas mãos dos mais fortes e dos mais bem organizados para a luta.” (MURTINHO, apud LUZ, 1980, p.218)

Murtinho se difere dos autores tratados anteriormente por seu pragmatismo, deixando em segundo plano a discussão moral e apresentando a discussão técnica como linha central de sua obra, consequência das circunstâncias de sua época e dos cargos que ocupou durante a vida.

2.1.1 O Lugar das Ideias no Século XIX

A análise destas pautas liberais sob o ponto de vista desses três importantes autores permite a teorização sobre a autenticidade do liberalismo brasileiro. Schwarz (1992) argumenta que o ideário liberal ao chegar em um Brasil povoado com instituições já anacrônicas para a realidade europeia acaba sendo desfigurando, tornando-se uma ideologia fora de seu lugar, ou de segundo grau.

De acordo com o autor, mesmo após a abolição da escravidão, instituição que nega o mais básico princípio liberal, a relação entre homens livres ainda se dá através do favor, o que ainda mantém as relações arcaicas e de favoritismo presentes desde a gênese do país. Ao adotar o favor como instituição regulatória das atividades do país ainda há uma clara incompatibilidade com a ideologia liberal:

Tratava-se da arbitrariedade subjacente ao favor o elemento responsável pela inaplicabilidade do liberalismo no Brasil. Instituição de aceitação ‘quase universal’ era tão incompatível com os ideais liberais quanto o escravismo, pois as absorvia e as deslocava, gerando, assim, um ‘padrão particular’. Praticando a excessão à regra, o favor atribuía ‘independência à

dependência, utilidade ao capricho, universalidade às exceções, mérito ao parentesco, igualdade ao privilégio'. (SALOMÃO, 2013, p.56)

Os autores aqui tratados, porém, foram fator de transformação na sociedade brasileira, ainda que possuam afastamentos teóricos do original liberalismo europeu. Fernandes (2006) define o 'burguês', ator social que instrumentaliza o liberal, brasileiro como alguém que, mesmo procurando seus objetivos egoísticos tem alcance criador, já que abre espaço para o grande industrial e para o homem de negócios. Cairu prega o fim da escravidão, Bastos apoia a livre-iniciativa do recém-chegado imigrante e Murtinho clama pelo fim do favorecimento de certos setores produtivos. Podem não ter sido autores completamente consistentes com o liberalismo clássico por conta das circunstâncias brasileiras, mas suas ideias, mesmo que fora do lugar, foram centrais para moldar um local mais fértil e adaptado ao ideário liberal.

2.2 Posição do Brasil na divisão internacional do trabalho

A argumentação dos liberais brasileiros quanto ao papel do país na produção mundial e seu futuro durante o século XIX, auge da dominância liberal, é baseada em duas ideias centrais: na teoria das vantagens comparativas e no conceito de "indústria natural". A partir das vantagens comparativas, supõe-se que um país deve especializar a produção naqueles produtos que são feitos de maneira mais eficiente dadas as dotações de fatores. Uma indústria natural é, então, aquela que tem maior vantagem comparativa e a que mais beneficia o país, assumindo que haja comércio livre.

Para melhor desenvolver as linhas argumentativas dos pensadores liberais quanto a questão comercial a seção será dividida em três partes. Primeiro serão discutidos os escritos de alguns pensadores e burocratas da época, apresentando o plano de fundo teórico para as seções posteriores, em que será tratado da aplicação prática de tais ideias no desenvolvimento do Código Comercial e nas ações postas pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN).

2.2.1 O caminho do desenvolvimento: indústria agrária x urbana

Cairu, como já comentado na primeira seção, foi um dos grandes formuladores políticos do início do século XIX, tendo sua obra a discussão sobre comércio e produção como fio condutor. No que diz respeito ao tópico aqui tratado, o autor

publicou em 1810 o livro *Observações sobre a fraqueza na indústria e o estabelecimento de fábricas no Brasil* em que se expõe sua posição, compartilhada pelos liberais brasileiros da época, sobre estabelecimento e proteção da indústria.

Tendo o Brasil durante o século XIX ainda uma produção dependente do trabalho escravo, que é mão de obra barata e pouco especializada, e de seus recursos naturais, o óbvio caminho a ser seguido segundo os defensores das vantagens comparativas era não mudar o que era produzido, mas tornar mais eficiente o que já se produzia. Tal ideia se mantém durante todo esse período, sendo defendida tanto em 1810 por José da Silva Lisboa, quanto em 1850 por Rodrigues Torres que, de acordo com Bentivoglio (2002) diz que era “preciso proteger a agricultura, única indústria do Brasil, para que os brasileiros não fossem reduzidos à condição de proletários” (p.103).

Considerando as opiniões dos pensadores da época também é importante entender o seu conceito de indústria, diferente do conceito usual que associa indústrias com a operação de fábricas. Como apontado por Lisboa, essa conceituação usual leva ao uso deficiente de recursos públicos favorecendo as fábricas consideradas como tecnologia última e relegam os outros trabalhos, mais necessários e predecessores da produção fabril, à sua própria sorte. Segundo ele “que inumeráveis, e grandes conhecimentos não exigem a agricultura e mineração?” (LISBOA, 1999, p.42). Aqui, portanto, não há uma defesa da total ausência de instalação e proteção fabril, mas um apelo para os esforços serem redirecionados para indústrias agrícolas.

Como exemplo concreto de tal política sendo usada com sucesso, é dado o exemplo dos Estados Unidos, à época similar ao Brasil em uso de trabalho escravo e baseado em grandes propriedades rurais. Como base desta política americana de investimento na indústria agrária estão os escritos de Benjamin Franklin e Thomas Jefferson, proponentes de uma política voltada à especialização agrícola, entendendo que não havia como competir com as fábricas inglesas ou francesas naquele momento, pois lá contavam com matéria-prima abundante e experiência produtiva. O único resultado da produção fabril, seria o aumento dos preços e a diminuição da qualidade dos produtos, sendo o comércio o meio ideal pelo qual esses produtos deveriam ser obtidos. Como resume Luz (1975):

“A lavoura nunca fora propriamente contrária ao desenvolvimento industrial do país, preferindo, contudo, que ele se processasse lentamente para que não viesse a agravar os problemas da falta de capitais e mão-de-obra que afetavam as atividades agrícolas. Era, além disso, particularmente contrária a uma política protecionista que prejudicasse o consumidor. ” (LUZ, 1975, p.61)

A conclusão a que Cairu chega, segundo Faria Junior (2008), porém, não é uma de pessimismo quanto ao eventual desenvolvimento fabril no país, mas de que as fábricas irão se desenvolver ao seu tempo, devido à estabilidade econômica advinda de uma atitude política sóbria.

De acordo com Fonseca e Salomão (2015), Rui Barbosa ao fim do século XIX, também inspirado pelos liberais ingleses, condena as políticas de proteção e favorecimento, mesmo não sendo adepto absoluto da teoria das vantagens relativas. Rui dizia que: “A indústria queixa-se, e definha. Que remédio lhe aconselham? A instrução? Não! O regime protetor; o protecionismo não passa de uma finta imposta ao consumidor em benefício de uma classe de produtores indígenas” (BARBOSA, apud FONSECA; SALOMÃO, 2015, p.155).

Pode-se perceber que o pensamento liberal, hegemônico durante o século XIX no Brasil e no mundo, tem consistência durante o período analisado na contrariedade ao protecionismo ineficiente e a instalações de indústrias que, para estes liberais, não faziam sentido naquele período. Ainda que os principais autores brasileiros não importem estritamente o pensamento de autores como Smith, Ricardo e Say devido às peculiaridades do país, ainda assim suas ideias têm consistência e são usadas como embasamento para as ações práticas que serão discutidas na sequência: o desenvolvimento do Código Comercial de 1850 e as ações da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

2.2.2 Desenvolvimento do Código Comercial de 1850

Uma das mais relevantes repercussões práticas da discussão entre defensores da proteção para indústria urbana e os liberais defensores da indústria rural foi o desenvolvimento do Código Comercial de 1850. Tal projeto, além de tratar da questão do comércio, também procurava estabelecer questões necessárias para o desenvolvimento capitalista do país, como o estabelecimento claro dos direitos de propriedade, ainda muito frágeis.

Bentivoglio (2002) analisa os debates acerca da aprovação do Código através de registros oficiais que vão de 1840 até o ano da aprovação em 1850, avaliando as diretrizes políticas e econômicas defendidas pelos homens públicos da época. O autor nota que o desenvolvimento desta nova legislação comercial está intrincado em uma nova fase do regime imperial, em que se reorganiza a Fazenda, a alfandega, a política fiscal, cambial, hipotecária e, em especial, as relações trabalhistas com o fim da escravidão. Para o autor

A consolidação da política econômica imperial no Segundo Reinado se estruturou em torno de três questões básicas: organização da produção, do sistema financeiro e do comércio. Todas as medidas se inscrevem no processo de liberação de capitais: na questão da terra, da mão de obra, de ajuste cambial e da organização das atividades mercantis, o que se tornou possível após a resolução das questões que fragilizavam economicamente o Brasil. (BENTIVOGLIO, 2002, p.144)

Essa modernização comercial se fazia necessária para o bom funcionamento da economia, já que o Brasil herdara a legislação comercial portuguesa com sua tendência a conceder privilégios e monopólios. Essa reformulação das leis comerciais não escapou da influência de Cairu, autor do tratado *Princípios de direito mercantil e leis da marinha*, primeira obra nativa sobre direito comercial (BENTIVOGLIO, 2005, p.8). A partir de tal influência o Código de 1850 já parte da ideologia liberal e é fundamental para consolidá-la, pois procura retificar uma das necessidades básicas para o capitalismo: a confiança nos contratos e transações.

2.2.3 A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN)

A SAIN é a primeira associação industrial inaugurada no país ao ano de 1827. Criada como órgão consultivo do Império, obteve inspiração em associações francesas e portuguesas⁴, tendo já explicitado em seu estatuto inaugural como seu objetivo “promover por todos os meios ao seu alcance, o melhoramento e prosperidade da Indústria no Império do Brasil” (apud, BARRETO, 2009, p.58)⁵. Importante divulgadora da ciência no país através do seu periódico *O Auxiliador da Indústria Nacional*, a Sociedade não era uma associação de classe, mas uma

⁴ Mais especificamente na Societé D’Encouragement à L’Industrie Nationale, da França e na portuguesa Sociedade Promotora da Indústria Nacional. (BARRETO, 2008)

⁵ Vale retomar a ideia de que, à época, o termo “indústria” não era utilizado exclusivamente para manufaturas, então mesmo que em seu objetivo inaugural estivesse a promoção da ‘prosperidade industrial’ não se deve tomar este termo por sua acepção atual, pois o objetivo da Sociedade é alinhado com o desenvolvimento da indústria agrícola e suas tecnologias.

instituição que contava com a colaboração de cientistas, homens de negócio, burocratas e homens das letras (BARRETO, 2008). Apesar disso, porém, seus estatutos anunciam a posição oficial da Sociedade acerca de diversos assuntos, principalmente sobre as formulações econômicas do país.

Para confirmar os pretendidos objetivos da SAIN, Azevedo (2011) analisa a posição da Sociedade através da formulação de tais estatutos até a cisão com sua seção fabril na década de 1870. Já em 1840 fica bastante clara a posição da sociedade na questão produtiva, claramente inspirada pelos argumentos daqueles favoráveis à indústria agrícola:

“A Indústria, mãe de todas as ciências e artes, e causa primária da opulência e grandeza das Nações, em geral se reduz à ação das forças físicas e morais do homem aplicadas à produção. Quando se tem por objetivo maior desenvolvimento das forças naturais, ou a colheita dos produtos que o Criador espontaneamente nos apresenta, dá-se-lhe o nome de agrícola; quando se tem por fim dar novas formas às produções da natureza, submetendo-as complicados processos para que estas nos sejam mais úteis, chama manufatureira; e se um valor qualquer procura-se dar aos produtos tanto naturais como artefatos, e os leva aos mercados para serem consumidos, denomina-se comercial. Tais são os três grandes ramos em que os autores dividem a indústria, cada um dos quais ainda compreende outros muitos. Ora, se em países bem povoados parece que a experiência mostra a impossibilidade de se cultivarem, com o mesmo esmero, os três ramos de indústria, evidentemente se manifesta que com muito mais razão o Brasil, com uma diminuta população disseminada em vastíssima superfície, deve escolher um ramo especial, sem, todavia, abandonar os outros. Qual deve ser entre nós este ramo, altamente a esta proclamando a fertilidade de nosso abençoado território. Por longos anos cumpre, pois que seja o Brasil muito especialmente agricultor.” (STURZ apud AZEVEDO, 2011, p.28)

Essa posição oficial é mantida durante a existência da SAIN, porém, sem deixar de gerar argumentos no heterogêneo grupo de membros da Sociedade. Com a crise do chapéu⁶ na década de 1870 essa divergência interna torna-se cada vez mais significativa, tendo o parecer da seção industrial afirmado que as doutrinas liberais estavam “condenando o país ao abismo” (LUZ, 1975, p.53). Já a seção de comércio mantinha seu apoio aos argumentos ricardianos, condenando o protecionismo como perda de tempo e eficiência.

A Sociedade não se recupera deste conflito, provocando a ruptura no órgão e a criação da Associação Industrial do Rio de Janeiro por parte dos defensores da

⁶ De acordo com Luz (1975, p.51-53) na década de 1870 as fábricas de chapéus brasileiras começaram a concorrer com as alemãs que apresentavam qualidade similar e preços mais baixos em seus produtos. Em busca de auxílio, os fabricantes de chapéu enviaram um manifesto para a SAIN, o que causou discordâncias internas entre as seções de comércio e indústria, gênese da cisão.

atividade fabril. Seu fim, porém, não diminui sua importância durante o século XIX em prescrever caminhos para o país dentro do comércio mundial, tomando os princípios liberais como seu guia por grande parte de sua história.

2.3 O debate monetário no século XIX

O debate monetário que ocorreu no Brasil ao longo do século XIX sofreu grande influência das discussões que ocorriam na maior e mais importante economia da época, a Inglaterra (FONSECA; MOLLO, 2012). Apesar de haver questões que foram peculiares ao debate brasileiro, dado que o país se encontrava em um estágio de desenvolvimento bastante diferenciado dos ingleses, a essência do debate é apresentada ao analisar duas das grandes controvérsias monetárias antecessoras ao debate brasileiro. Primeiramente será apresentado o debate ocorrido entre bulionistas e antibulionistas, em seguida serão apresentados os argumentos da *Banking School*, em oposição àqueles da *Currency School*. Após serem apresentados os debates internacionais, tratar-se-á do debate ocorrido no Brasil entre os metalistas e os papelistas, dando maior atenção aos argumentos da corrente metalista, devido ao viés pretendido por este trabalho.

Uma digressão importante a ser feita diz respeito ao esclarecimento de um princípio que é fundamental para o entendimento dos debates monetários, a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM). Tal princípio parte da identidade $MV=PY$, na qual M é a quantidade de moeda, P o nível geral de preços, V a velocidade de circulação da moeda e Y o produto real. Para os adeptos da TQM, a variável “ V ” é constante e a “ Y ” não é afetada por políticas monetárias, disto se conclui que para estes há uma relação direta entre a quantidade de moeda emitida (M) e o nível de preços (P).

2.3.1- O debate europeu

De acordo com Mollo (1994), para os bulionistas- tais como Wheatley, Lauderdale e Ricardo- a desvalorização do *bullion* em relação ao valor do ouro cunhado sinalizava depreciação das notas bancárias, pois estas eram emitidas em excesso. Havia então de serem instituídos meios para controle de emissão das notas bancárias, sendo um destes meios a liberação de ouro para o mercado externo, o que faria os preços no país importador de ouro crescerem, fazendo com que o país

exportador contasse com mais moeda em circulação deixando de se observar prêmios sobre o *bullion* e ao mesmo tempo ajustando as relações no balanço de pagamento.

Já para os antibulionistas- que contavam com as ideias de pensadores como Boase, Bosanquet e Trotter- o aumento de preços não era causado pelo excesso de emissão de notas bancárias. Estes argumentavam que fatores como a velocidade de circulação da moeda, que, para os bulionistas, era constante, poderiam afetar seu valor, contradizendo os princípios da TQM. Outro ponto de divergência era a afirmação dos antibulionistas de que havia lastro das notas bancárias em bens reais, não podendo ser observado um excesso de emissão, sendo o aumento de preços a causa do aumento de moeda em circulação, invertendo a relação causal professada pelos bulionistas.

Muitos dos argumentos do debate posterior entre a *Currency School* e a *Banking School* foram inspirados por este primeiro debate entre bulionistas e antibulionistas, tendo a *Currency School* afinidade com os argumentos bulionistas, já a *Banking School* utilizou em seus argumentos muitos dos pontos levantados pelos antibulionistas.

É importante notar que ambas escolas estavam de acordo em duas questões de longo prazo: o valor da moeda é determinado pelo custo de produção de ouro e a conversibilidade-ouro das notas bancárias era essencial. As diferenças se davam na análise acerca de variáveis afetadas no curto prazo, as quais serão tratadas adiante.

A *banking school* tinha como central o princípio bancário, já defendido anteriormente pelos antibulionistas. Estes defendiam que as emissões de notas bancárias só aconteciam com objetivo de servir como meio de efetivar acordos comerciais já realizados, sendo o aumento de emissões simples reflexo do aumento das transações⁷.

Já a *currency school* tinha como guia o princípio monetário, ou seja, aceitação estrita da TQM, em que qualquer aumento de oferta monetária, mesmo as emissões de notas bancárias, tinha viés inflacionário. Seus adeptos pregavam políticas monetárias ainda mais restritivas do que os bulionistas, visando uma situação em que

⁷ Portanto, para os adeptos desta escola a emissão de papel-moeda poderia ter viés inflacionário, já a emissão de notas bancárias não tinha este efeito por ser baseada em relações entre bens reais estabelecidas anteriormente à sua emissão. Por estes motivos, as notas bancárias deveriam ser tratadas de modo diferenciado.

os meios de circulação seriam uma contrapartida direta das moedas metálicas. Ou seja, a quantidade de moeda circulante deveria aumentar sempre que houvesse ingresso de ouro no país e decrescer quando em caso contrário.

Esses diferentes modos de perceber a influência da política monetária levaram a dois pontos centrais de controvérsia: o direito de emissão e o tipo de conversibilidade em ouro que deveria ser exigido. Quanto ao direito de emissão era discutido se este deveria ser cedido a um banco central, posição da *currency school*, ou a diversos bancos concorrentes, o que defendia a *banking school*. Também se discutia se tais bancos deveriam ser públicos ou privados⁸. A respeito da conversibilidade a polêmica girava em torno da natureza das reservas, se estas deveriam ser somente em ouro – ideia apoiada pela *currency school*- ou se deveriam incluir notas do tesouro e ações de empresas como defendido pela escola bancária.

2.3.2 Reprodução do debate monetário no Brasil

Dados estes recortes gerais acerca do debate monetário internacional precedente ao brasileiro, entende-se melhor as influências sofridas pelas duas principais correntes brasileiras ao século XIX: os metalistas, defensores do princípio monetário e os papelistas, adeptos do princípio bancário. Dado o intento do trabalho de enfatizar os argumentos da ortodoxia brasileira, será dada maior atenção aos argumentos metalistas professados por nomes como Rodrigues Torres, Silva Ferraz, Torres Homem, Dias de Carvalho e Francisco Belisário Soares de Souza.

As discussões monetárias travadas no cenário brasileiro da época giram em torno de dois pontos essenciais: qual deveria ser a rigidez da emissão de notas e moedas em relação à reserva de metais e para quem deve ser dado o direito de tal emissão.

A crítica metalista, baseada no princípio monetário, ao tipo de meio circulante brasileiro da época diz respeito à sua falta de lastro metálico (GREMAUD, 1997), já que tal lastro é o garantidor de valor intrínseco à moeda e de sua estabilidade. Os

⁸ Apesar de a *currency school* ter caráter mais ortodoxo do que a *banking school*, eles ainda assim acreditavam que a emissão de moedas deveria ser operada por um só banco controlado pelo Estado. Para eles, a emissão por vários agentes através de processo concorrencial teria caráter inflacionário, justificando a intervenção estatal neste caso.

metalistas reconhecem o argumento papelista quanto a diferença entre as situações das reservas de metais em países como a Inglaterra, de onde surge a discussão, para a realidade brasileira, em que há reservas substancialmente menores. A este respeito são feitas recomendações de políticas que devem ser seguidas para atrair metais preciosos para o Brasil, como políticas públicas de incentivo à produção e importação de ouro, além disso deveria ser contida a emissão monetária, pois, a partir da lei de Gresham⁹, com a expulsão do papel-moeda o volume de metais seria aumentado.

Assim como nos debates anteriores, as duas escolas admitiam a necessidade de a moeda ser conversível em metais, o que difere é a aceitação de títulos da dívida como lastro por parte da escola papelista, o que, segundo os metalistas, poderia causar descontroles na emissão monetária. Rodrigues Torres em seção da câmara de 8 março de 1850 expõe as preocupações da corrente metalista com a emissão exagerada:

Eu não desconheço, Sr. Presidente [da câmara], que alguns economistas teóricos, entre os quais seja-me permitido citar o nome de Ricardo, entendem que a moeda mais perfeita é o papel; mas peço à câmara que observe que esses economistas falam do papel realizável, papel com garantias sólidas e não do papel-moeda que temos. Observarei mais que, conquanto seja inconveniente deslocar capitais dos empregos produtivos para serem empregados como instrumentos de circulação, é também fora de dúvida que a tranquilidade e segurança dos negócios de comércio exigem que esse instrumento tenha valor real e intrínseco. (TORRES *Apud*, GAMBÍ, 2011, p.11)

Também acerca da concessão de crédito os metalistas são cautelosos. O então deputado Torres Homem em seus discursos adverte que a facilidade do crédito não é a necessidade primordial do comércio, mas sim a solidez e permanência deste crédito. Quanto à questão dos altos juros e seus efeitos sob a população, o parlamentar argumenta que a taxa de juros não é determinada pela política monetária, já que é somente influenciada por uma relação entre oferta e demanda de capitais.

Das discussões travadas no âmbito da conversibilidade, sua influência sobre a solidez da moeda, e sobre seus efeitos perversos causados pelo excesso de emissão os metalistas podem ter colocado suas ideias em prática por breves períodos. A realidade brasileira, porém, impediu que tal conversibilidade estrita pudesse ser mantida por muito tempo. No debate referente a pluralidade ou centralidade da

⁹ Tal princípio afirma que se se duas modas, contendo diferente quantidades metais, tiverem o mesmo valor legal, aquela que tiver menor valor metálico será usada para a troca e a outra será entesourada ou exportada. O princípio pode ser resumido na frase: “moeda ruim expulsa moeda boa”

emissão apresentado a seguir, porém, os metalistas tiveram sucesso em colocar suas ideias em prática por um período majoritário.

Segundo Gambi (2011), Rodrigues Torres provavelmente foi o mais relevante político na defesa do ideário metalista na sua época, tendo papel fundamental na defesa da centralidade emissora. Para ele vários bancos emissores resultariam em excitação perigosa das atividades comerciais, fazendo operações de alto risco serem levadas adiante. Isto era devido ao processo de concorrência bancário, pois tal processo de luta por maior número possível de clientes faz baixar os juros de maneira excessiva, trazendo empresas sem a competência necessária para a tomada de crédito, ocorrendo assim o surgimento do que chamou de captais “fictícios e de imaginação” para substituir os capitais disponíveis.

Além disso, assim como os integrantes da *currency school*, os metalistas acreditavam que as notas bancárias têm efeitos inflacionários similares ao papel-moeda, então, como professava o enxugamento do meio circulante, via como contra produtiva a capacidade de os bancos emitirem notas, pois esta emissão negaria o efeito da diminuição de papel-moeda circulante. Por estes motivos, acreditava que o controle do volume de moeda e crédito circulando deveria ser de responsabilidade de um único banco público, não diversos bancos privados.

Souza Franco, Ministro da Fazenda enquanto Rodrigues Torres era presidente do Banco do Brasil, fez oposição à centralidade emissora em seu livro *Os Bancos do Brasil*, alinhava-se com os papelistas e dizia que a emissão de notas era somente uma consequência das operações já ocorridas na economia real (GREMAUD, 1997, p7). Souza Franco logra sucesso em sua empreitada e a emissão, por um curto tempo, se torna plural, mas tal política não resiste à crise de 1857-58, além disso a pluralidade emissora é tomada como principal responsável pelos desdobramentos financeiros negativos destes anos, responsabilidade que foi reiterada no congresso por Torres Homem, defensor da centralidade emissora. (GAMBI, 2011)

O debate brasileiro foi baseado em grande parte nos argumentos já utilizados pelos ingleses anteriormente, mas alguns dos pontos tiveram que sofrer alterações devido a particularidades da economia brasileira como o pequeno volume de reservas e a fraca solidificação das instituições bancárias. A corrente metalista, mais ortodoxa em sua argumentação, parece ter subestimado o peso destas peculiaridades

brasileiras no debate sobre a conversibilidade, se agarrando com muita veemência aos princípios monetários e à TQM. Suas ideias sobre o direito de emissão, porém, se mostram importantes para manter a estabilidade da moeda e a confiança em sua emissão, culminando na criação do segundo Banco do Brasil.

Apresentadas as discussões econômicas ocorridas durante o século XIX, se pode perceber que o debate ocorre quase exclusivamente entre homens públicos, além disso o liberalismo se mantém como ideologia hegemônica durante este período. São as principais mudanças em relação ao debate que será apresentado no próximo capítulo que diz respeito século XX, principalmente após a década de 1920, em que o liberalismo não é mais predominante e a análise econômica começa a ser tratada por economistas de formação, principalmente depois da criação da Fundação Getúlio Vargas.

3 O DEBATE ECONÔMICO NA ERA DESENVOLVIMENTISTA

O século XX, diferentemente do período tratado no capítulo anterior, não tem o liberalismo como sua ideologia hegemônica, principalmente por conta da crise do Entre Guerras, interpretada como uma situação criada pela excedente liberdade alocada aos mercados. À luz de tais crises, Bielchowsky (SZMRECSÁNYI; COELHO, p.305-306) afirma que mesmo os liberais tiveram que adaptar suas teorias e aceitar um mínimo de intervenção estatal reguladora, tornando-os então *neoliberais*.

Também neste século há a transição do modo como a economia era abordada no Brasil. Eminentemente de cunho político no século XIX, agora começa a ser tratada de maneira mais técnica, principalmente a partir dos esforços de Eugênio Gudín com a criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) no Rio de Janeiro ao ano de 1944 e a elaboração de seu livro de economia monetária (BIELECHOWSKY, 2004). Para estudar essa transição da abordagem liberal durante o século XX foram escolhidos três economistas que englobam tanto a ação política, quanto a produção teórica, em maior ou menor nível: Eugenio Gudín, Roberto Campos e Mario Henrique Simonsen.

3.1- Eugenio Gudín e a defesa da Economia Clássica após a crise de 1929

Eugenio Gudín, nascido em 1886 no Rio de Janeiro, com formação em engenharia e autodidata em economia, além de ter sido ministro da Fazenda por sete meses durante os anos de 1954 e 1955 nos governos Café Filho e Carlos Luz, auxiliou na criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), essencial para a manutenção e evolução das ideias liberais dentro de um ambiente à época menos acolhedor a elas, e foi autor de livros e artigos importantes para o estabelecimento da teoria econômica brasileira, como o *Princípios de Economia Monetária* e *O Caso das Nações Subdesenvolvidas*. Também marcante foi seu debate com Roberto Simonsen sobre a necessidade do planejamento estatal para superação das consequências da crise de 1929, em que Gudín defende a liberdade de mercado como meio de deixar a crise para trás, mesmo em uma realidade mundial em que o papel do estado se torna cada vez mais forte.

No que diz respeito à fundação da FGV, Simão Lopes¹⁰ comenta que à época Gudin era o único economista de valor no Brasil e que, antes da fundação da FGV em 1944, este estava dando aulas, junto com Otávio Gouveia de Bulhões, na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro uma instituição muito desprestigiada à época. Ao fundar a FGV, Lopes traz a escola de economia desta instituição e é fundada a graduação em economia, que depois foi passada a outras mãos a partir do momento em que a Fundação se dedica exclusivamente aos cursos de pós-graduação. Além de ser um dos fundadores da FGV, Gudin também propôs a criação da *Revista Brasileira de Economia*, a mais antiga publicação de Economia no Brasil. (D'ARAUJO, 1999).

Eugenio Gudin sempre teve em mente as economias em desenvolvimento, principalmente a brasileira, ao formular e expor suas teorias. Em seu artigo “O Caso das Nações Subdesenvolvidas” (1952), o autor aponta a natureza como motivo primordial do desenvolvimento das nações: “não há como negar que o desenvolvimento econômico é primordialmente função do clima, dos recursos da Natureza e do relevo do solo.” (GUDIN, 1952).

Apesar das ressalvas quanto aos diferentes fatores que levam os países ao desenvolvimento, Gudin não submete sua análise ao determinismo natural, mas propõe que as condições dadas pela natureza vão indicar o quanto esforço tal país vai precisar exercer para se desenvolver. Isso não quer dizer, porém, que os princípios clássicos formulados em países desenvolvidos não se apliquem aos casos dos subdesenvolvidos. Por conta disso Gudin vê como equivocados os esforços como o da CEPAL para estudar somente a América Latina, já que para ele nas diferentes economias: “as equações são as mesmas; apenas os parâmetros variam” (GUDIN, 1952, p.53). Isso quer dizer que, por exemplo, as diferenças de produtividade não são impeditivas para a aplicação da teoria das vantagens competitivas. Partindo deste ponto de vista, Gudin faz sua prescrição para onde deveriam ser voltados os esforços:

O que há a estudar são as características da economia dos países subdesenvolvidos, não só em conjunto, como de cada um separadamente, especialmente em relação à natureza da procura e da oferta de seus produtos de comércio internacional e respectivas elasticidades - preço e renda, aos efeitos reflexos vindos do exterior, a seu comportamento cíclico etc. e - mais

¹⁰ Luiz Simão Lopes assume a presidência da Fundação Getúlio Vargas em 1944 e se mantém no cargo até o ano de 1992. É, portanto, figura central na história da Instituição, sendo grande responsável por moldar o viés da instituição.

do que tudo- aos meios de promover a formação de capital e a melhoria de sua produtividade agrícola e industrial (GUDIN, 1952, p. 54).

Quanto à sua contribuição para a teoria econômica a partir de seu livro *Princípios de Economia Monetária* deve-se entender as circunstâncias sob as quais este foi escrito. Depois da década de 1930, a teoria econômica clássica a qual Gudin segue é posta em dúvida, surgindo a teoria keynesiana¹¹ como sua alternativa. A esta nova abordagem econômica Gudin dedica um capítulo chamado “A Teoria Monetária Subjetiva da Preferência pela Liquidez” em seu livro de economia monetária, em que são feitas críticas baseadas nas premissas da economia clássica a esta nova abordagem. As críticas aos argumentos de Keynes partem do conceito de “preferência pela liquidez” e suas implicações para as taxas de juros, Gudin também pensava que era equivocada a importância suma que Keynes dedica a estas taxas.

É explicado que, para Keynes, não é suficiente saber qual parte da renda dos indivíduos eles reservarão para o consumo futuro, também a forma na qual essas reservas serão efetivadas, se na forma líquida, disponível para ser gasta em qualquer instante de tempo, ou em aplicações passíveis de rentabilidade através de juros. Isso quer dizer que as taxas de juros são determinadas a partir da preferência que as pessoas têm por ativos líquidos, aspecto este que, segundo Keynes, é ignorado pelas teorias de sua época que só consideram a preferência intertemporal.

Segundo Gudin, Keynes não poderia ter dito que o fator de preferência pela liquidez tinha sido ignorado pelos autores anteriores, pois a ideia já estava exposta em obras como a *Theory of Interest* (1930) escrita por Fisher ou no livro *The English Capital Market* (1921) de Lavington em que é dito que “a quantidade de recursos que se guarda em forma de moeda é tal que a satisfação que dela se aufer, sob a forma de conveniência”. (GUDIN, 1979, p.67, apud LAVINGTON)

Ainda de acordo com Gudin (1979) o que acontece não é a falta de reconhecimento da preferência pela liquidez por economistas da época, mas o erro de Keynes em tomar este fator secundário como essencial na análise dos determinantes da taxa de juros. O fator essencial é a decisão de abster-se do consumo e a geração de crédito que advém desse ato, o acessório é decidir se a poupança será ou não aplicada. Gudin cita o artigo *Alternative Theories of the Fate of Interest*

¹¹ Tem como marco teórico a publicação da obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* por Keynes em fevereiro de 1936.

(1937) de Dennis Robertson para apontar que os argumentos de Keynes falham por não considerar que tanto a conveniência marginal de reter dinheiro quanto a inconveniência marginal de não consumir são essenciais para o estabelecimento da taxa de juros.

A preferência pela liquidez explica, então, o motivo pelo qual o dinheiro é emprestado, partindo do princípio que há alguém disposto a pagar um prêmio, mas não porque se paga esse prêmio, que deve ser a questão principal da teoria monetária. Esse motivo pelo qual o prêmio é pago, fator essencial para Gudin, é simplesmente a esperança do produtor auferir lucros superiores aos juros, sendo os juros considerados um imposto sobre o lucro. (GUDIN, 1979, p. 51-52)

Além da criação de instituições e contribuições teóricas que enriqueceram os argumentos da economia liberal clássica, Gudin também ofereceu conselhos práticos para corrigir os rumos da economia brasileira no pós-crise, mais reconhecidamente em seu debate com as ideias cepalinas para os meios de desenvolvimento do país, tendo como principal adversário em seus debates Roberto Simonsen. Esta argumentação entre Simonsen e Gudin ficou conhecida como “A Controvérsia do Planejamento”.

3.1.1 “A Controvérsia do Planejamento” e a defesa dos mecanismos de mercado

Borges (2004) afirma que desde a emancipação política do Brasil no século XIX se podem identificar três tendências dentro da discussão sobre o melhor meio para o Brasil se tornar realmente independente. A primeira tendência defende a gradativa incorporação da economia local ao mercado mundial, defendendo os princípios da economia de mercado e livre concorrência. A segunda via defende o desenvolvimento econômico a partir de políticas dirigidas através do Estado com vistas a transformar o país em uma entidade autônoma nas relações capitalistas, dando suma importância ao poder planejador e a necessidade de implementação de políticas protetoras para a produção nacional. A terceira tendência, por sua vez, é aquela que prega o fim do modo de produção capitalista como único meio de serem rompidas as relações de dependência em escala mundial.

Gudin defende a primeira destas tendências, apresentando forte oposição às outras duas. E, ao defender o novo liberalismo, necessita recorrer ao princípio do equilíbrio de mercado, já que:

Garantida uma análise que repõe os pressupostos do equilíbrio, pode-se efetuar a defesa da inserção internacional homogênea à economia mundial. Em outras palavras, sem atritos com o imperialismo. Toda vez que uma situação de crise estrutural se coloca e reinicia-se a discussão, realocação e efetivação do país na redivisão econômica internacional, Gudin é lembrado pelos neoliberais como reforço da necessidade de se alimentar a aliança com o capital estrangeiro. Aí está o busílis de sua permanência como ideólogo ao longo do século XX (desde a década de 30) na história do pensamento econômico brasileiro. (BORGES, 2004, p.32)

A partir dos pressupostos citados acima está baseada a defesa que Gudin faz dos mecanismos de mercado em oposição ao planejamento estatal. Em sua discussão com Roberto Simonsen, que começa a partir da réplica feita ao parecer apresentado por Simonsen para o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial em 16 de agosto de 1944 Gudin vai além da discussão já traçada no século XIX e comentada no capítulo anterior entre vocação agrária e industrial, sendo agora a questão do planejamento central contra as forças de mercado o mote de seu argumento.

Gudin comenta que Simonsen pertence a uma corrente de pensadores que está encantada pela mística do “plano”, uma dita solução mágica para todos os problemas. Esta solução fácil é, porém, atração ilusória, pois a execução traz mais problemas do que resultados¹². Roberto Simonsen em seu primeiro relatório expõe sua descrença na possibilidade da expansão da renda nacional a partir somente da iniciativa privada, teorizando uma sociedade em que o nível de interferência estatal fosse regulado através de acordos entre o Estado e as entidades de classe. Para Gudin este caminho não resulta somente falha na resolução dos problemas apresentados, como também é caminho para o surgimento de regimes totalitários.

A recomendação de não tomar o caminho do planejamento não significa recomendar o fim de toda e qualquer supervisão estatal. Ao Estado é delegado o papel de cooperar com a iniciativa privada através da operação de suas funções administrativas e legislativas básicas, que permitem o bom funcionamento dos mercados, fora isso deve prevalecer o regime de concorrência livre e não se deve ceder ao favoritismo de certas empresas ou setores por conta da ilusão vendida pelo planejamento.

¹² Para o autor mesmo o New Deal pode ser considerado um exemplo da ineficácia do planejamento, para ele o plano somente fez com que “a ‘reprise’ econômica (1935-38) do país que de maiores elementos dispunha para esse ressurgimento se processasse mais lentamente e com mais tropeços dos que as outras nações” (GUDIN; SIMONSEN, 2010, p.70)

Gudin teve suas principais obras e discussões no período de 1930 até 1964, deixando as fundações para os novos liberais brasileiros atuarem durante o século XX. Uma dessas figuras influenciadas por Gudin foi Roberto Campos, que o considerava como sua maior influência, considerando seu pensamento “mais moderno do que a vasta maioria dos economistas brasileiros” (Biderman *et al*, 1996, p.37-38)

3.2-Roberto Campos: do ecletismo ao liberalismo

Roberto Campos, diferentemente dos outros autores tratados neste trabalho, nem sempre aderiu aos preceitos da economia clássica. Pós-graduado em Economia pela Universidade de Columbia, Campos na primeira metade década de 1950 aplica seus conhecimentos ocupando diversos cargos públicos e atuando em prol do planejamento e da industrialização, entrando em confronto ideológico direto com os teóricos liberais. É principalmente a partir da saída de um destes cargos públicos, de presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), que Campos passa a exercer sua crítica a posição da esquerda nacionalista. (BIELCHOWSKY, 2004)

A atuação de Campos junto com Octávio Gouvêa de Bulhões ao desenvolver o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)¹³ esclarece qual é sua posição quanto aos problemas econômicos à época. As políticas desenvolvidas a partir do Programa são consideradas de viés ortodoxo, sem, porém, atender a todos os requisitos propostos pelo Fundo Monetário Internacional, como é mostrado pela criação da correção monetária como um dos aspectos do Plano. É um pensador que, até este período de seu desenvolvimento intelectual, não se colocava em uma posição estritamente definida: contrário às recomendações estruturalistas¹⁴, também negando a aceitação monetarista ortodoxa do FMI. É uma posição, definida pelo próprio Campos, como eclética: “Nessa controvérsia entre monetaristas e estruturalistas, respectivamente simbolizados pelo FMI e pela Cepal, eu me posiciono em igual

¹³ Programa desenvolvido durante o governo Castelo Branco (1964-1967), pretendia amenizar diversos problemas estruturais que desestabilizavam o crescimento econômico. Dentre esses problemas estão: o inflacionário, dos salários reais, câmbio, atração de investimentos, execução de investimentos e meios de aumentar a poupança. (SANTOS, 2000, p.112-114)

¹⁴ Corrente que tem seu pensamento estruturado pelos escritos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Para estes o combate ortodoxo ao processo inflacionário é inócuo e tem como consequência somente a desaceleração do crescimento em países subdesenvolvidos. Para os adeptos da corrente estruturalista as causas da inflação eram fatores de origem estrutural, como os pontos de estrangulamento em certos setores e a falta de capacidade importadora.

distância dos dois polos, pois meu ponto de vista é bastante eclético” (BIELCHOWSKY, 2004, p.117 apud CAMPOS)

Perez em sua obra de 1999 *Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado (1950-95)* é quem faz o mais completo esforço de entender as mudanças pelas quais passou Roberto Campos, partindo do que chama “razão de Estado”, mesmo àquela que não se alinha totalmente com a esquerda nacionalista cepalina, para a “razão de mercado”, alinhada com àqueles que creem na ineficácia do Estado como alocador de recursos, acreditando na total primazia da iniciativa privada.

A transição, apesar do que pode se dar entender ao ler o título do livro de Perez, não se dá de forma claramente definida entre dois polos antagônicos de pensamento. O que ocorre é a transformação de alguém que de início apresenta pensamento autodenominado eclético, de difícil rotulação, que passa gradativamente para um método de análise liberal, que se encaixa de maneira mais fácil dentro de uma determinação específica.

A descrença de Campos com a capacidade do Estado de operar as reformas necessárias para aumentar a qualidade de vida da população foi crescendo gradualmente e parece ter aumentado conforme endurecia o regime militar. Campos já em 1968 demonstrava desconfiança acerca das ações dos burocratas, talvez pelas experiências que teve ao atuar como Ministro do Planejamento, mas ainda não tinha, porém, deixado de lado a ideia do plano como meio de ação para o desenvolvimento. (PEREZ, 1999)

Já Dacanal (2015) define o projeto de Campos como um de desenvolvimentismo nacional que parte da crença na eficiência do tecnocrata, que teria conhecimento suficiente para apontar o quanto de intervenção estatal é ótimo para o desenvolvimento econômico, sendo o PAEG a concretização deste pensamento pré-64 de Campos.

Apesar da crescente descrença nas ações dos políticos brasileiros enquanto estava no país, é após sua estadia em Londres atuando como embaixador entre 1975 e 1982, que Campos define sua posição como liberal convicto. Principalmente por conta dos efeitos da crise mundial ocorrida na década de 1970 e a aparente falha das políticas keynesianas em lidar com as consequências de tal crise.

Junto com a descrença que surge em torno das novas teorias econômicas, Campos também está presente na Inglaterra quando Margaret Thatcher é eleita primeira-ministra do Reino Unido, o que indica, para ele, a mudança da percepção mundial da realidade que estavam presenciando. Em sua autobiografia o autor apresenta as impressões que teve na Inglaterra:

Os anos de Wilson e Callaghan foram para mim férteis em lições. Convenci-me da ineficácia das receitas trabalhistas de paternalismo governamental; convenci-me da inutilidade de ataques gradualistas à inflação; convenci-me das enormes desvantagens da estatização de empresas (CAMPOS, 2004, p. 990).

Na sua fase liberal, Campos tem grande influência de Friedrich Hayek¹⁵, tendo seu pensamento se aproximado muito daquele de Eugenio Gudín, posição teórica que mantém até o final da vida, como destacado por entrevista que Delfim Netto cedeu à Folha de São Paulo:

Há alguns anos, numa conversa com o grande intelectual Roberto de Oliveira Campos, no meio do tumulto que é sempre o plenário da Câmara dos Deputados, ele me disse com um ar nostálgico: "Delfim, perdi muito tempo com os economistas. Eu deveria ter aproveitado todo ele apenas estudando o Hayek!" (DELFIN NETTO, 1991).

Além dessa mudança em suas influências intelectuais, Campos também começa a atuar em funções políticas diferentes quando torna-se senador pelo estado do Mato Grosso de 1983 até 1991 e após isto deputado federal eleito no Rio de Janeiro dos anos de 1991 até 1999. A partir destes momentos é consolidado o papel de Roberto Campos no cenário político brasileiro: a do parlamentar defensor do ideário liberal.

3.2.1 A posição do parlamentar liberal Roberto Campos

Quando assume seu primeiro mandato como senador, Campos já tinha voltado de sua missão na Inglaterra, e já era, portanto, um moderno liberal. No seu discurso inaugural ao cargo em 1983, fez elogios ao liberalismo pioneiro de Eugênio Gudín e durante os anos seguintes de seu mandato dá suma importância ao processo de liberalização econômica que deveria acompanhar àquele que levava ao fim da ditadura militar. Aqui foram, então, escolhidos alguns exemplos concretos para exemplificar a atuação de Campos em seu tempo de parlamentar.

¹⁵ Economista da Escola Austríaca. Mais conhecido pelo seu livro "O Caminho da Servidão", em que traça os motivos pelos quais uma sociedade democrática não é compatível com uma economia centralizada e comandada pelo governo.

Uma das polêmicas em que Campos se envolveu no Senado dizia respeito à “Lei da Informática”, que procurava regulamentar uma reserva de mercado no setor aos produtores nacionais, aprovada em 1984. Roberto Campos propunha que houvesse livre entrada e saída de produtos relacionados à informática no país, mas somente proteção aduaneira e estímulos fiscais para os produtos nacionais. Ele justificava sua posição afirmando que reservas de mercado não criam mercados mais eficientes e nem ajuda a indústria nacional, mas cria oligopólios e, conseqüentemente, ineficiências. Apesar de sua proposta enviada ao congresso ter sido negada, mas o tempo provou que Campos estava certo, já que o Brasil não conseguiu desenvolver sua indústria da informática nos anos posteriores e teve que suprir suas necessidades através do mercado externo.

Também no campo da educação Roberto Campos ofereceu propostas para tornar mais eficientes as instituições de ensino brasileiras. Sua principal ideia foi o estabelecimento de vales-educação, gerando um sistema em que a educação é financiada pelo Estado, mas não administrada por ele. Propunha que ao dar acesso às pessoas através de vales e as incumbir de tomar a melhor decisão de em qual instituição de ensino investir seus recursos, criará concorrência entre as escolas, levando a melhor qualidade do ensino. Campos escreve sobre este assunto ao comentar a Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB) que havia sido enviada para votação, a proposta do parlamentar, posta em prática em países como o Chile, não é aprovada aqui no Brasil.

Outra discussão em que Campos foi bastante ativo foi aquela que diz respeito ao processo inflacionário sofrido pelo país na década de 1980. Ele não concordava com o método pelo qual a inflação fora combatida com o plano cruzado, não acreditava que a inflação era de cunho inercial, mas causada por grande déficit público e aumento nos meios de pagamento. Suas ideias à época também não foram ouvidas, tendo o Plano Cruzado não controlado a situação inflacionário, mas piorado a situação do país como um todo. Segundo Campos (2004, p.1162), o plano gerou três deformações duradouras: a subcultura antiempresarial, a subcultura dirigista e a subcultura de calote.

Pode-se notar que Campos não parece ter travado muitas batalhas vencedoras em seu tempo como parlamentar, mas as lutou com propriedade teórica em favor do que acreditou ser o melhor caminho a ser seguido pelo Brasil na luta contra o

subdesenvolvimento. Na próxima seção será tratado de um personagem da formação econômica brasileira do século XX que tem discursos menos doutrinários e mais técnicos do que os outros dois autores aqui apresentados, mas sua propriedade ao discorrer sobre estes assuntos técnicos o levou a ser considerado talvez o maior nome da economia ortodoxa brasileira no século XX: Mario Henrique Simonsen.

3.3 O monetarismo tropical: a contribuição teórica de Mario Henrique Simonsen

Mario Henrique Simonsen, nascido em 1935 na cidade do Rio de Janeiro, forma-se intelectualmente em uma época que está bem estabelecida a síntese neoclássica¹⁶. Talvez por conta dessas influências não pode ser considerado um liberal ortodoxo clássico assim como Gudin e Campos, para este segundo “ele foi mais um keynesiano, moderadamente intervencionista. Simonsen adotava uma posição eclética” (CAMPOS, in FARO e GATTO, 2001. p.63). Simonsen, porém, também foi ferrenho opositor do pensamento cepalino, a partir destas visões Simonsen foi definido por Sergio Ribeiro da Costa, então, não como um liberal clássico, mas como liberal no sentido britânico, que acreditava na racionalidade das pessoas. (FARO e GATTO, 2001, p.198)

Nesta seção serão apresentadas algumas das contribuições teóricas mais importantes de Simonsen conforme foram apontadas por Roberto Campos em seu artigo *Simonsen: um matemático humanista* de 1998, consideradas então como uma síntese dessa nova face brasileira da ortodoxia econômica pós-Keynes. A segunda parte da seção tratará da crítica que Simonsen faz ao método das expectativas racionais, *framework* teórico sob o qual os economistas tratados no terceiro capítulo obtém sua formação, considerado como a superação da síntese neoclássica.

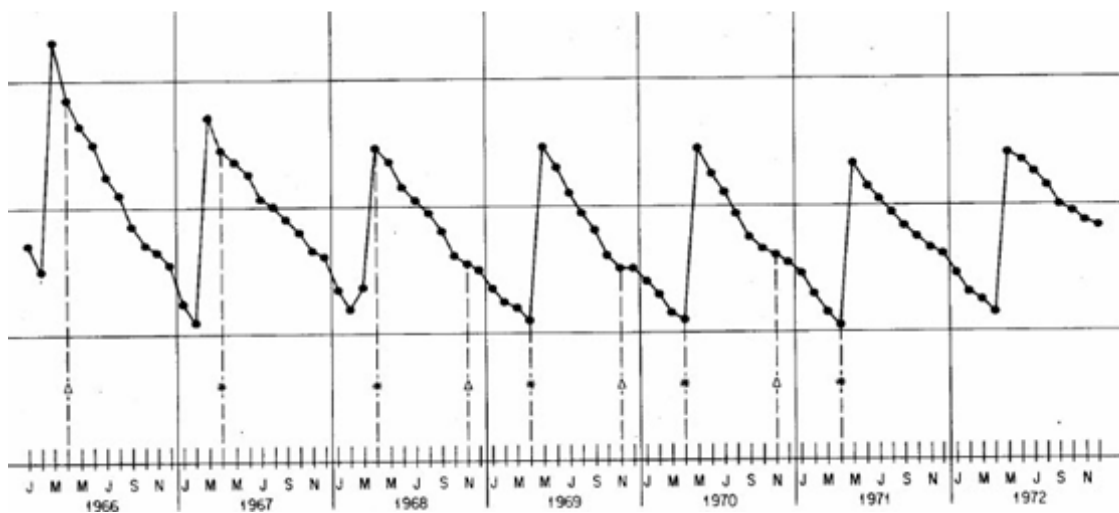
Essas contribuições para as ciências econômicas destacadas por Campos aqui comentadas na primeira parte dessa seção serão: (i) a curva de Simonsen; (ii) a teoria

¹⁶ Paul Samuelson no seu livro *Economics* de 1955 diz que os economistas daquela época em diante pararam de ser keynesianos ou anti-keynesianos, tendo trabalhado em favor a uma síntese entre as correntes. Diferente do monetarismo dos economistas tratados anteriormente neste capítulo, a nova economia neoclássica não espera que o pleno emprego seja atingido somente através das ações de mercado, mas acreditava que através do bom uso de políticas monetária e fiscal as proposições clássicas voltavam a ser válidas.

dos determinantes inflacionários; (iii) a política de rendas; (iv) a regra do endividamento prudencial.

A curva de Simonsen, elaborada pelo autor em seu artigo *A experiência inflacionária do Brasil*, de 1964, elucida a relação dos salários reais em períodos de alta inflação, em que o governo tenta retomar os salários reais anteriores e estas tentativas são recorrentemente frustradas pelos novos reajustes de preço. Essa relação pode ser verificada empiricamente no seguinte gráfico que mostra o poder de compra real dos salários na região de São Paulo e Guanabara entre 1966 e 1972:

Figura 1- Variação real no valor do salário mínimo em São Paulo e no Rio de Janeiro durante os anos de 1966 até 1972



Fonte: HOFFMAN, 1973 p.11

Tal teoria desenvolvida por Simonsen foi aplicada no desenvolvimento da política salarial do PAEG. A regra salarial criada com o plano deixa de lado a indexação plena da inflação, passando a utilizar o salário real médio dos 24 meses anteriores, multiplicando por um coeficiente que mensura o aumento de produtividade, além de um fator de ajuste baseado na previsão de inflação futura. Ao incorporar esses fatores aos ajustes salariais a economia conseguiu estabelecer uma relação menos explosiva nos preços. Medida liberal no sentido de privilegiar a estabilidade em favor da manutenção dos padrões de renda. (BASTIAN, 2013, p.149)

A teoria dos determinantes inflacionários, por sua vez, trata da interpretação alternativa às elaboradas anteriormente para o caso brasileiro. As principais interpretações para a inflação na época de Simonsen eram a monetarista e a estruturalista. Para autores de inspiração estritamente monetarista como Gudin a

explicação da inflação se dava somente por conta da emissão exagerada de moeda nacional, já para os estruturalistas ela surgia por conta de conflitos distributivos.

Na interpretação de Simonsen, primeiramente apresentada em seu livro *Inflação: gradualismo x tratamento de choque* de 1970, foram apontados três fatores primordiais para a aceleração inflacionária: inflação de oferta ou autônoma, inflação de demanda e a inflação inercial determinada por um coeficiente de realimentação. Se pode analisar o primeiro componente como uma inflação keynesiana de oferta, a segunda como uma monetarista de demanda e a terceira é a contribuição de maior originalidade do autor. Segundo ele a componente autônoma da inflação é aquela que não depende do período anterior é aquela dada por parte da oferta como reajustes salariais arbitrário ou altas de preços por más safras. A inflação de demanda é aquela decorrente de aumentos de procura por certo produto não acompanhadas de igual aumento de oferta. O componente de realimentação inflacionário, por sua vez, configura-se através da inflação dos períodos anteriores, como uma tentativa dos agentes de não terem sua renda corroída através de sucessivos aumentos gerais de preço, como dito por Simonsen:

Tal componente corresponde às altas de preços resultantes de reajustes salariais proporcionais ao aumento do custo de vida, às destinadas a reconstituir as margens de lucro das empresas e, de um modo geral, a todas as revisões de preços tornadas automáticas pela legislação sobre correção monetária. (SIMONSEN, 1970, p. 127-128)

As políticas de renda, por sua vez, são um ponto que distinguem claramente a posição de Simonsen e dos outros autores tratados até aqui, pois envolvem controles de salário, câmbio e reforma monetária. A justificativa para explicar essa posição intervencionista incomum para Simonsen diz respeito à amenização dos efeitos recessivos de políticas anti-inflacionárias. Vale notar também que ele considerava que as políticas de controle são condições necessárias, mas não suficientes, para um ajuste inflacionário que não prejudique o produto. (RONCI, 1998)

Quatro foram as ressalvas feitas por Simonsen à aplicação das políticas de renda, a fim de não deixar o poder de decisão à arbitrariedade de qualquer *policymaker*. (i) os preços devem ser estabelecidos em um nível próximo aos preços de mercado, valores diferentes levariam a escassez; (ii) as medidas devem ser aplicadas em mercados com oligopólios ou monopólios, pois estes têm maior tendência a aplicar reajustes de preço sequenciais e por isto são os maiores responsáveis pela espiral inflacionária; (iii) o congelamento de preços não pode ser

efetivado em cenários que haja contratos com diferentes datas de ajuste, pois aqueles que tiverem seus salários programados para ajuste pós-congelamento terão poder de compra corroído, levando a desequilíbrio; (iv) as políticas de renda não podem ser aplicadas sem que haja um ajuste fiscal, se não surgem pressões inflacionárias de demanda por conta do reestabelecimento do poder de compra que acompanha o congelamento de preços. (CABELLO, 2012)

Já em relação ao endividamento externo as regras do endividamento prudencial são as recomendações feitas por Simonsen para o setor operar com níveis de endividamento saudáveis para a economia. Essas regras foram desenvolvidas após a superação da ideia predominante durante os anos 50 e 60 que previam que os recursos fluiriam dos países mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos, equalizando os níveis de recursos ao redor do globo. Simonsen tenta explicar o motivo pelo qual esse fluxo de capitais foi estancado devido a crises de dívida externa em diversos países subdesenvolvidos.

Simonsen e Werlang (1991) analisam a dinâmica da dívida externa a partir da equação:

$$\dot{z} = (i - x)z + g$$

Em que z é a relação entre a dívida líquida e exportações, \dot{z} a derivada desta relação no tempo, g é a relação hiato de recursos/exportação, i a taxa média de juros sobre a dívida e x a taxa de crescimento das exportações. A dívida sendo percebida como o endividamento externo menos as reservas e o hiato como déficit em conta corrente menos juros, menos investimentos diretos, mais a exportação de capital.

Ou seja, o equilíbrio das contas será mantido enquanto os países conseguirem manter suas taxas de exportação acima das taxas de juros internacionais. Essa relação saudável foi mantida até o fim dos anos 70, tendo, por exemplo, a Libor¹⁷ crescido em média 10,7% na década de 60 e 70, enquanto as exportações dos países que não produziam petróleo cresceram 21,1%. Em 1981 e 1982 a situação mundial muda, sobe a taxa de empréstimos para 16,3% ao ano e cai a taxa de crescimento anual das exportações pelos países em desenvolvimento para 1%. A partir desta brusca mudança na situação mundial não é mais interessante os bancos comerciais

¹⁷ *London Interbank Offer Rate*, taxa de empréstimo bancária da city londrina.

emprestarem aos países emergentes, resultando em aumentos das taxas de juros locais e declarações de moratória, ou seja, relações externas insustentáveis, assim como previsto pelo modelo desenvolvido por Simonsen anteriormente ao estouro de tais crises.

É a partir dessas ideias aqui presentes que Simonsen pôde construir sua proposta de desenvolvimento, baseado na tentativa de estabilizar a explosão inflacionária e a balança comercial causando o menor trauma possível e a partir disso implementar uma agenda de desenvolvimento fiscalmente sustentável. Além disso, era considerada fundamental a formação de capital humano, bem como o aperfeiçoamento institucional.

Essa preocupação com a confiabilidade das instituições brasileiras passou a preocupar Simonsen principalmente após as sucessivas falhas dos planos de estabilização heterodoxos, começando pelo Cruzado em 1986. Segundo o autor, a partir da implementação do plano Cruzado o Brasil passou a ser uma economia de mercado em que as regras podem ser mudadas a cada momento, tornando a incerteza e a volatilidade macroeconômica e política o maior desafio para a recuperação do país.

3.3.1 A crítica de Simonsen aos pressupostos das expectativas racionais

Já durante os anos 70 surge a alternativa de análise econômica capitaneada por Robert Lucas e Thomas Sargent, chamada de escola das expectativas racionais, que foram a base teórica sob a qual maioria dos autores tratados no terceiro capítulo desenvolveram suas teorias. Comentar-se-á brevemente sobre a crítica que Simonsen fez a essa nova escola de pensamento que surge durante a década de 1970.

A síntese neoclássica, estrutura teórica de maior influência durante a formação de Simonsen, tem como pressuposto a teoria das preferências adaptativas, ou seja, uma construção teórica em que os agentes tomam decisões futuras com base em eventos passados. Já analisando a sociedade a partir das expectativas racionais há a crença de que os agentes possuem informação suficiente para tomar decisões somente com as informações presentes, nesse pressuposto é que está o mote da crítica de Simonsen.

No seu artigo de 1986, *Keynes versus expectativas racionais* Mario Henrique Simonsen apresenta a sociedade das expectativas racionais como uma que tem os economistas como leiloeiros walrasianos, homogeneizando a expectativa e interpretação das informações por parte dos demais agentes. Simonsen diz que “em suma, a hipótese central dos novos clássicos é a de que todos pensem como eles. É provável que Keynes, se ressuscitasse, dessas boas gargalhadas com tanta falta de acuidade psicológica”. (SIMONSEN, 1986, p. 252)

O autor diz que a teoria keynesiana, ao considerar a economia como um jogo não-cooperativo com *pay-offs* desconhecido, configura uma sociedade em que o participante médio escolhe uma estratégia de segurança e os agentes do mercado financeiro se dedicam a descobrir o que os outros pensam. O problema dos agentes desse mercado financeiro keynesiano não existiam para os novos clássicos e suas expectativas racionais, já que todos os agentes recebem as mesmas informações e reagem a elas da mesma maneira. É uma teoria que tem maior poder ao explicar mercados especializados, como o acionário e o cambial, do que, por exemplo, o mercado de trabalho, já que a alegoria do “economista leiloeiro” parece bem mais aceitável no primeiro caso do que no segundo. É, portanto, uma teoria que peca na qualidade de seu poder explicativo.

A economia liberal brasileira durante o século XX parte daquele liberalismo de cunho filosófico preponderante no século XIX, principalmente pregado por homens públicos, para a análise científica e matematizada esquematizada por autores como Mário Henrique Simonsen. Essa transição não se opera de modo repentino, porém, visto que durante este século surgiram economistas como Gudín, aquele que ajuda a estabelecer as instituições que serviram de prelúdio à sistematização econômica moderna, Roberto Campos, um homem público que se torna liberal e Mário Henrique Simonsen, economista de profissão que, através da ciência econômica, estabelece problemas e soluções para a economia brasileira.

A análise de Simonsen ter semelhanças metodológicas com aquelas dos economistas do século XXI não significa a aceitação estrita dos novos pressupostos, pois foi visto que o autor apresenta certas limitações desta nova abordagem analítica. Apresentadas as críticas de Simonsen ao método de pensamento econômico preponderante ao fim do século XX e início do XXI será analisado no próximo capítulo como, e se, os economistas ortodoxos e liberais modernos lidaram com tais problemas

metodológicos, além das políticas públicas propostas a partir dessas novas formulações.

4 A TEORIA ECONOMICA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

Este capítulo será separado por diferentes assuntos relevantes aos economistas liberais atuais, compilando a contribuição de diversos autores ao pensamento econômico moderno, não se detendo em autores específicos tanto quanto nos capítulos anteriores. Isto porque a contemporaneidade dos autores aqui tratados impede a sistematização completa de suas obras e a classificação da importância destas ao pensamento econômico liberal.

Serão também abordados em maior detalhe as contribuições de autores estrangeiros, já que “ainda que os temas da economia brasileira continuem tendo uma importância considerável a forma e o conteúdo dos artigos [...] passam a acompanhar cada vez mais as publicações internacionais” (PRADO, 2001, p.19). Também é relevante tomar a contribuição de autores de fora do país por que, como afirma Drazen:

“The general theoretical framework that is used to study issues in developed countries is relevant in developing countries as are the methodological approaches and the key building blocks of the analysis. This means, among other things, that researchers who want to attack the problems of developing economies do not need to study a corpus of theory than is studied in looking at the political economy of developed countries nor, for that matter, a set of models with a qualitatively different basis. What they do need to do is to think carefully about how to apply that corpus of theory.”¹⁸ (DRAZEN, 2006, p.2)

Levando em conta essa ponderação quanto as semelhanças da análise de economias desenvolvidas e em desenvolvimento no paradigma ortodoxo moderno, não se pode deixar de tratar concomitantemente a evolução da discussão brasileira e internacional.

Na primeira seção serão abordadas as ideias ortodoxas do fim do século XX e início do XXI no âmbito metodológico, para melhor entendimento do que está por trás dos modelos e, por conseguinte, das recomendações de política econômica daqueles

¹⁸ O *framework* teórico geral que é usado para estudar problemas em países desenvolvidos é relevante para países em desenvolvimento, bem como as abordagens metodológicas e os blocos construtores da análise. Isso significa, dentre outras coisas, que pesquisadores querendo atacar os problemas de econômicas em desenvolvimento não precisam estudar um corpo teórico diferenciado daquele utilizado para estudar a economia política de países desenvolvidos, tampouco diferentes modelos com bases qualitativas diferenciadas. O que eles precisam pensar é em como aplicar este corpo teórico.

que utilizam tais teorias. A segunda seção trará as recomendações feitas pelos autores com relação aos meios pelos quais devem ser operadas as políticas macroeconômicas, visando tanto a maior eficiência dos mercados, quanto a diminuição da desigualdade.

4.1 Método na economia ortodoxa moderna

Muitos dos argumentos de oposição à teoria econômica ortodoxa atual são, em geral, feitos com base nos pressupostos utilizados nos livros de introdução ao pensamento neoclássico. Ou seja, se tomam as discussões dos fundamentos através de sua apresentação mais básica e introdutória, ignorando toda a evolução, profundidade e até mesmo oposições que as proposições tomaram durante o tempo dentro da teoria. Dá-se como importante, então, apresentar os métodos econômicas usados pelos autores ortodoxos atuais, que não devem ser baseados pela realidade das suas suposições, mas se servem bem aos propósitos dos autores. (LISBOA, 1997, p.5-7)

Antes de prosseguir para a análise dos argumentos ortodoxos, porém, deve-se entender o motivo pelo qual esta ortodoxia econômica moderna, que já não se opõe a intervenção estatal como os clássicos liberais, vem sendo ligada aos ideais do liberalismo, já que a adoção deste *framework* teórico não tem como condição necessária a aceitação dos preceitos liberais. Tal associação da maioria dos economistas ortodoxos ao liberalismo vem do alinhamento tanto de seu modo analítico, quanto de suas ações. São correntes que estão mais interessadas com as consequências do que com os meios, deixam em segundo plano a questão distributiva e dão ênfase na alocação eficiente dos recursos e, por conseguinte, políticas pró-mercado. (THORSEN; LIE, 2009)

As principais referências metodológicas utilizadas pelos economistas atuais que serão discutidas aqui são a abordagem instrumentalista, com destaque para a adoção desta por parte de Milton Friedman e a abordagem inspirada pela tradição popperiana. (LISBOA, 1997, p.2)

Milton Friedman em seu artigo *Essays on Positive Economics* de 1953 esclarece o meio pelo qual sua abordagem instrumentalista estuda os fenômenos econômicos. Vê-se a economia como uma ciência positiva, no sentido de uma ciência que lida com “o que é” em oposição à posição normativa de “o que deveria ser”. Não

se deve confundir tal método com o empirismo do positivismo lógico, totalmente oposto aos métodos modernos, que tem como objetivo desenvolver hipóteses significativas para o desenvolvimento de previsões acuradas sobre fenômenos ainda não observados. Tal corpo teórico precisa de dois elementos fundamentais: uma linguagem para sistematizar os métodos de pensamento e um conjunto de hipóteses que permita abstrair todas as complexidades desnecessárias do mundo real.

Esta abstração do real é um dos maiores pontos de desentendimento entre os utilizadores dos métodos neoclássicos e seus críticos. Os opositores das abordagens ortodoxas muitas vezes as criticam pela irrealidade das suas suposições, enquanto esta abstração do real é parte fundamental da abordagem instrumentalista, extremamente pessimista quanto a possibilidade do entendimento pleno da realidade. O objetivo das hipóteses é de qualificar suas previsões, sua contrapartida com a realidade é irrelevante.

A teoria é vista pelos instrumentalistas, então, como corpo de hipóteses substantivas, julgada pelo seu poder preditivo com relação ao fenômeno que tenta explicar. Friedman explica o papel que as hipóteses tomam para chegar-se ao ponto central dos modelos:

A hypothesis is important if it “explains” much by little, that is, if it abstracts the common and crucial elements from the mass of complex and detailed circumstances surrounding the phenomena to be explained and permits valid predictions on the basis of them alone. To be important, therefore, a hypothesis must be descriptively false in its assumptions; it takes account circumstances, since its very success shows them to be irrelevant for the phenomena to be explained.¹⁹ (FRIEDMAN, 1953, p.8-9)

Como notado por Lisboa (1998), porém, tal abordagem adotada por Friedman inevitavelmente leva a uma lógica circular se não acompanhado de justificativas metafísicas para a escolha entre os modelos. Isso porque a avaliação da capacidade de previsão dos critérios necessita, seguindo a lógica instrumentalista, de algum critério que o seja anterior, o que necessariamente é escolhido ao aval do autor de tal critério. As contribuições de Popper vêm ao auxílio da economia ortodoxa visando a superação de tais contradições lógicas internas.

¹⁹ Uma hipótese é importante se ela “explica” muito com pouco, isto é, se ela abstrai os elementos comuns e cruciais da massa de circunstâncias detalhadas e complexas envolvendo o fenômeno a ser explicado e permite previsões válidas com bases somente nela. Para ser importante, portanto, uma hipótese precisa ser descritivamente falsa em seus pressupostos; ela leva em conta circunstâncias, já que seu próprio sucesso as mostra irrelevantes para o fenômeno a ser explicado.

A tradição popperiana também crê na ideia da impossibilidade da compreensão total do real, sendo todo o conhecimento conjectural. A contribuição de Popper para a resolução da possível circularidade argumentativa dos instrumentalistas vem da adoção do conceito de falseabilidade.

Para Popper, um argumento científico é aquele que é falseável, ou seja, se existe um conjunto finito de observações que pode demonstrar a falsidade do argumento. Essa evolução metodológica supera a circularidade lógica dos argumentos instrumentalistas, já que agora não se necessita incessáveis critérios anteriores ao critério escolhido. Na abordagem popperiana apenas afirma-se que um conjunto de eventos não pode ser observado, e se, eventualmente, observar-se um caso que havia sido proibido pelo argumento, tal argumento é descartado.

4.2 Recomendações econômicas para o século XXI

Os trabalhos aqui analisados compreendem as recomendações determinados economistas liberais para o futuro da operação de políticas macroeconômicas no Brasil durante o século XXI. Sendo a *Agenda Perdida* compilada ao início do século no ano de 2002 sob a coordenação de Marcos Lisboa, seguida por uma avaliação posterior da agenda *Sob a Luz do Sol* compilada no ano de 2014. O processo pelo qual foram feitas as pesquisas remete àquele discutido na seção anterior sobre as bases teóricas das teorias ortodoxas:

É claro que são várias as interpretações possíveis sobre o atual cenário econômico, porém o teste empírico das afirmações, ainda que não permita a construção de verdades – tema inatingível nas ciências –, não só torna possível um maior grau de confiança nos diversos argumentos utilizados, como também reduz a possibilidade de diagnósticos e propostas equivocados. Por isso, o esforço de sistematizar parcela relevante das evidências empíricas utilizadas, assim como de indicar as referências dos trabalhos acadêmicos em que baseamos nossas conclusões. (LISBOA, 2002, p.1)

Partindo deste princípio serão apresentadas as propostas destes autores para a manutenção de um crescimento econômico eficiente e sustentável no longo prazo a partir da discussão de suas recomendações com relação à política comercial, a gestão estatal, o gasto público, a produtividade e à educação.

Uma das recomendações para busca do crescimento é a organização de uma política comercial e industrial eficiente. Edmar Bacha em seu capítulo na coletânea *Sob a Luz do Sol* diagnostica a falta de integração brasileira como uma das doenças

da qual sofre a economia brasileira. Bacha aponta que a indústria brasileira ainda é muito voltada ao seu mercado interno, não se inserindo no cenário mundial de produção, tendo ocupado o 25º lugar no ranking mundial de exportações mesmo tendo o 7º maior PIB do mundo. O crescimento do Brasil dentro de tal configuração torna-se empobrecedor, pois o país é aberto para entrada de capitais e fechado em termos de comércio. O crescimento torna-se empobrecedor pois as grandes empresas vêm ao país para aproveitar o mercado interno, mas o resto da economia é delegado ao uso ineficiente de seus recursos devido ao protecionismo das importações.

Bacha utiliza os dados do pós-guerras e conclui que não há saída para o desenvolvimento econômico fora da abertura comercial, condição denominada por ele “imperativo da integração”. O Brasil conseguiu tornar-se um país com renda média através de seu mercado interno e aproveitamento de mão de obra que estava sendo subempregada pela agricultura, o avanço econômico para níveis mais altos necessita, porém, integração comercial. Isso porque o acesso a mão de obra, mesmo que abundante, eventualmente se esgota e a partir deste momento o aumento de renda depende de empresas com escala e tecnologia, sendo as relações abertas de comércio condições necessárias para o alcance da fronteira tecnológica.

Essa abertura externa pregada por Bacha (2004) não virá em contrapartida com diminuição da demanda interna. O que é objetivado não é superávit comercial, mas o aumento das exportações, o que será seguido de aumento em igual magnitude das importações. A demanda interna, então, manter-se-á constante, mas será atendida em maior parte pelas importações, não havendo diminuição de qualidade de vida da população em uma economia que privilegia o aumento das exportações.

A abertura comercial é estabelecida como uma relação em que todos os envolvidos ganham. O Brasil tem vantagens pois “somente aumentando significativamente a participação das exportações no PIB é que deixaremos de ser apenas um exportador de *commodities*” (BACHA, In: Sob a Luz do Sol, 2014, p.108) e o resto do mundo ganha tendo acesso aos produtos brasileiros por menos preços.

O gasto público mal direcionado no Brasil também é um empecilho ao crescimento. Para os autores de *Agenda Perdida* o dispêndio público é ineficiente principalmente em duas frentes: na gestão de recursos e no gasto com previdência social. O problema da gestão vem do modo de como as políticas públicas são avaliadas, sendo levado mais em conta a quantidade de bem produzidos do que o acesso que a população tem aos serviços públicos. Também é problemática a falta

de avaliação dos programas sociais, maioria das vezes não sendo feita uma análise real de custo-benefício, faltando inclusive critérios claros para a avaliação destes programas.

No caso da previdência são três pontos que merecem atenção: a insustentabilidade do sistema atual, o custo de transferência para um sistema de contas individuais e os benefícios extras obtidos pelos servidores públicos. O problema que impede uma transferência imediata ao sistema de contas individuais está no custo de transição, pois:

Os trabalhadores que contribuem atualmente pagam a aposentadoria dos que já se aposentaram, a fim de, em troca, receber sua aposentadoria no futuro. Sua taxa de retorno será relativamente baixa, a menos que as atuais hipóteses demográficas e de crescimento de renda se provem muito pessimistas. Com o sistema de contas individuais, essa taxa se torna inviável. Assim, a mudança para o sistema de contas individuais transfere renda para a geração que contribui no presente, tendo o Estado de, necessariamente, pagar a diferença. O reconhecimento dessa diferença é apenas uma parcela dos 6% do PIB ao ano que são freqüentemente mencionados como o custo da transição para um regime de contas individuais, sendo o resto um esqueleto. Dado o atual estado de nossas finanças públicas, porém, não se pode enfrentar nem mesmo essa parcela. (LISBOA, 2002, p.43)

Há, então, um problema de duas vias: de um lado a transferência para um regime de contas individuais ajudaria a aliviar o estado das contas públicas, por outro não há recursos no presente para capitanear tal medida que pouparia recursos no futuro. O problema torna-se ainda mais grave quando há uma situação em que “se o sistema em vigor permanecer, por volta de 2020, teremos de escolher entre aumentar a idade de aposentadoria, cortar benefícios, elevar as contribuições ou financiar ainda mais o programa com impostos” (LISBOA, 2002, p.43)

O regime previdenciário dos servidores federais é um ponto que demanda atenção especial, pois é o principal responsável pelo déficit anual do sistema previdenciário. Isso dá-se devido a adesão dos servidores contratados antes da elaboração da Constituição de 1988 ao regime previdenciário do funcionalismo público e a vinculação dos valores de aposentadoria ao último salário recebido.

Apresentados os problemas atuais de gestão e do regime previdenciário são apontadas três sugestões principais para cada um destes problemas. A reforma previdenciária deve: (i) unificar o sistema de funcionalismo público e privado, primeiramente contratando novos funcionários através do INSS; (ii) desenvolvimento de um sistema previdenciário unificado baseado em contas individuais; (iii)

desenvolvimento de legislação que evite aposentadorias de maior valor do que o salário de funcionários ativos.

As três sugestões para melhorar a gestão do estado são: (i) criação de critérios de desempenho de políticas públicas que não sejam vinculados somente a quantidade de bens adicionais; (ii) uniformização da administração pública, procurando diminuir os gastos correntes; (iii) com a diminuição dos gastos correntes, criam-se recursos para a retomada do investimento público, principalmente em infraestrutura e educação.

Outro empecilho para o crescimento brasileiro recente é a estagnação da contribuição do trabalho no crescimento econômico. Aurélio Bicalho e Ilan Goldfajn em sua contribuição à agenda *Sob a Luz do Sol* discorrem sobre tal problema. Assim como na discussão do problema previdenciário, o provável envelhecimento da população no futuro próximo²⁰ também preocupa por conta da baixa produtividade do trabalhador brasileiro, já que não será mais possível manter o crescimento econômico através da integração de novos integrantes à força de trabalho.

Os autores apresentam soluções para este problema do declínio da participação do trabalho no crescimento através de duas medidas principais: (i) estímulo a imigração de mão-de-obra qualificada; (ii) aumento da participação no mercado de trabalho; (iii) aumento da produtividade do trabalho.

Durante a primeira década do século XXI houve diminuição no número de imigrantes, de 683.830 no ano de 2000 para 592.569 no ano de 2010²¹. É uma necessidade atrair imigrantes qualificados, principalmente na provável situação de envelhecimento populacional prevista para os próximos anos. Bicalho e Goldfajn propõem como meios imediatos para a atração de imigrantes a redução da burocracia para a obtenção de vistos, principalmente diminuindo o número de documentos necessários para tal.

A baixa participação no mercado de trabalho²² também é indicada como empecilho ao crescimento da participação do trabalho no produto. A solução apresentada pelos autores para resolver tal problema são a flexibilização do mercado

²⁰ A projeção apresentada pelos autores apresenta um crescimento médio de 1% ao ano na década de 2020, tendendo a 0,7% ao ano no final da década, com uma desaceleração ainda mais rápida na faixa dos 20 aos 59 anos, que forma grande parte dos trabalhadores ativos.

²¹ O que significa uma participação de 0,3% de imigrantes na população brasileira, comparado a 8% do Reino Unido e 13% dos EUA.

²² É o percentual de pessoas na força de trabalho referência em relação às pessoas em idade de trabalhar.

de trabalho com objetivo de facilitar a contratação em período temporário e a criação de creches para principalmente aumentar a participação feminina na força de trabalho, ainda muito menor do que a masculina.

Já sobre a questão da produtividade Aurélio Bicalho e Ilan Goldfajn indicam que, além de aumentar os investimentos em ensino básico, se deveriam analisar as leis trabalhistas a partir da ótica da eficiência econômica, ou seja, o processo de contratação e demissão deveria ser facilitado, prevalectimento dos contratos acima das leis trabalhistas estabelecidas e flexibilização dos períodos de férias, permitindo maior eficiência das horas trabalhadas.

A proposta dos autores para o aumento da contribuição do trabalho no produto segue, então, os clássicos preceitos liberais de aumento da liberdade de imigração e dotação de maior autonomia às empresas em relação ao Estado para lidar com as questões trabalhistas.

A questão do aumento de produtividade é cara aos economistas liberais, pois tal avanço é visto como necessário para o crescimento equilibrado já que “productivity isn’t everything, but in the long run it is almost everything”²³ (KRUGMAN, 1994, p.11), o que está de acordo com os preceitos já destacados por Adam Smith em *A Riqueza das Nações*:

O trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações. Conforme, portanto, essa produção, ou o que com ela se compra, estiver numa proporção maior ou menor em relação ao número dos que a consumirão, a nação será mais ou menos bem suprida de todos os bens necessários e os confortos de que tem necessidade. Essa proporção deve, em cada nação, ser regulada ou determinada por duas circunstâncias diferentes: primeiro, pela habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for geralmente executado; em segundo lugar, pela proporção entre o número dos que executam trabalho útil e o dos que não executam tal trabalho. Qualquer que seja o solo, o clima ou a extensão do território de uma determinada nação, a abundância ou escassez do montante anual de bens de que disporá, nessa situação específica, depender á necessariamente das duas circunstâncias que acabamos de mencionar (Smith, 1996, p. 59).

Dado o aumento de produtividade como imperativo para retomada do crescimento do Brasil, não se pode deixar de lado a discussão de como melhorar a educação brasileira, elemento fundamental para superar tal problema. Este é o assunto tratado por Naercio Menezes Filho em seu capítulo dentro da agenda *Sob a Luz do Sol*.

²³ Produtividade não é tudo, mas no longo prazo é quase tudo

Para Menezes Filho a resolução do problema educacional pode resolver dois aspectos de uma só vez, a desigualdade social, através da tendência natural de maiores salários para trabalhadores mais produtivos, e a baixa produtividade do país. O baixo desempenho escolar é devido a motivos diversos, principalmente pela influência familiar, representado $\frac{3}{4}$ do desempenho em testes padronizados. Tal contribuição familiar, porém, não pode ser transformada no curto e médio prazo, apresentando-se assim a necessidade de outras medidas para o país retomar o crescimento de produtividade.

Outra questão levantada pelo autor é a concepção equivocada de que maiores gastos com educação são suficientes para melhorar significativamente a qualidade do ensino. Como exemplo prático é mostrado o caso dos Estados Unidos em relação ao Vietnam, o primeiro tendo gastos per capita com educação bastante superiores ao segundo e não obtendo melhores desempenho no PISA²⁴. A barreira que deve ser atacada no Brasil, então, não é a quantidade de gastos, mas a qualidade do resultado proveniente de tal dispêndio.

A fim de superar as deficiências dos gastos são propostas soluções em dois sentidos: no de adequar os gastos com professores com as realidades de custo de vida para cada município, não mais vinculado à receita do país e criar um programa de incentivo a eficiência das escolas, estabelecendo critérios claros de avaliação de cada unidade. Os critérios sugeridos Menezes Filho são os seguintes: (i) adoção de currículo nacional único; (ii) uso de avaliações anuais para acompanhamento de desempenho; (iii) porcentagem de escolas com turno integral; (iv) fim da estabilidade para professores, demissão daqueles com maus resultados e bonificações para aqueles com resultados positivos; (v) Permissão para o funcionamento de *Charter Schools*²⁵. Além disso, há a recomendação de destinar menos recursos públicos ao ensino superior e dar mais ênfase ao investimento em escola básica, já que o investimento em educação superior representa 15% dos gastos governamentais em educação, mas atende somente 3% dos alunos.

Neste capítulo foram apresentadas, em linhas gerais, as recomendações dos economistas ortodoxos brasileiros contemporâneos no que diz respeito à qualidade

²⁴ Programme for International Student Assessment, programa organizado pela OCDE para medir o desempenho de alunos em diversos países

²⁵ Operam de maneira similar ao que foi proposto por Roberto Campos, ou seja, um sistema que recebe fundos estatais, mas não é operado diretamente pelo Estado. Acredita-se que a partir deste modelo será gerada uma administração mais eficiente

do gasto público, gestão do Estado, questão previdenciária e produtividade do trabalho, bem como a metodologia na qual se baseiam para garantir propriedade a tais recomendações. A partir disso torna-se possível comparar a teoria liberal ainda em desenvolvimento com aquela já estabelecida e tratada nos capítulos anteriores deste trabalho.

A formulação da economia moderna tornou-se menos ideológica e mais científica se comparada àquela professada pelos primeiros autores tratados nesta monografia. Os antigos economistas liberais partiam das conclusões ditadas pelos preceitos de sua ideologia e formulavam suas hipóteses a partir destas, caminho contrário do que é tomado pelos economistas ortodoxos atuais. As conclusões cruciais para ambos períodos como a superioridade estrita da integração no comércio mundial ao protecionismo e a necessidade da desburocratização e descentralização da ação estatal, mesmo com diferenças metodológicas, se mantêm ao longo do tempo com poucas mudanças.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise econômica liberal chega ao Brasil por força de homens públicos como Cairu, adeptos da filosofia liberal vinda da Inglaterra, que encaravam a análise econômica como uma das mais importantes para garantir a liberdade dos indivíduos. É um pensamento que parece fora de lugar na sociedade brasileira agroexportadora, em que parte significativa da população tinha suas mais básicas liberdades tolhidas através da escravidão.

Essa manifestação filosófica que ganha força durante o século XIX, mesmo que não se identificasse com a realidade brasileira, apresenta conclusões semelhantes àquelas propostas por uma interpretação econômica científica que se desenvolve ao longo dos séculos XX e XXI. As diferenças entre as recomendações economistas liberais clássicos e os atuais parece estar mais em intensidade do que divergências absolutas, ou seja, ainda acreditam que a alocação de recursos feita pelo mercado é a mais eficiente possível para o desenvolvimento econômico e que a integração econômica é irrestritamente preferível a políticas protecionistas, podendo diferir na maneira pela qual sugerem que o Estado alcance tal posição de eficiência.

Nota-se também consistência analítica ao perceber que já em 1952 o brasileiro Eugenio Gudín escreve sobre a análise econômica de países em desenvolvimento em comparação aos países desenvolvidos dizendo que “as equações são as mesmas, apenas os parâmetros variam” (GUDIN, 1952, p.53) e Allan Drazen em 2006 afirma que “researchers who want to attack the problems of developing economies do not need to study a corpus of theory than is studied in looking at the political economy of developed countries”²⁶ (DRAZEN, 2006, p.2).

Deve-se notar que muito desta consistência da análise liberal é devida às simplificações feitas por seus pressupostos e análise do comportamento humano, portanto é um campo do conhecimento que produz resultados consistentes, mas que ainda peca ao deixar de lado certas sutilezas, favorecendo os resultados consistentes a completude da análise.

Apesar destas ressalvas a análise liberal, como admitido pelo próprio Amartya Sen que lhe é crítico, trouxe soluções principalmente para a análise da alocação de

²⁶ Pesquisadores que procuram atacar o problema de econômicas em desenvolvimento não precisam estudar um corpo teórico diferente daquele utilizado ao olhar a economia política dos países desenvolvidos.

mercado e “undoubtedly made it easier to understand the nature of social interdependence”²⁷ (SEN, 1987, p.8). Com este trabalho, então, pretendeu-se mostrar por quais meios os liberais facilitaram o entendimento dos mecanismos sociais e as prescrições dadas por eles a partir deste conhecimento, em especial no caso do Brasil.

A questão levantada por Schwarz da adaptabilidade das ideias liberais ao cenário brasileiro abordada no primeiro capítulo deste trabalho também se mantém pertinente durante os períodos estudados. Isso porque mesmo que muito dos autores tratados aqui tenham passado por cargos públicos, ainda assim suas recomendações majoritariamente não foram postas em prática integralmente, tendo que se adaptar à realidade das instituições brasileiras, provavelmente ainda apegadas ao patrimonialismo inerente as relações sociais do país, conforme alertado pela análise de Schwarz.

²⁷ Sem dúvida tornou mais fácil entender a natureza da interdependência social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Andreia Firmino. Visconde de Cairu –Civilidade, Escravidão e Barbárie. **VIII Simpósio Internacional Processo civilizador, História e Educação**. 2004.
- AZEVEDO, Jussara França de. **Discursos e idéias. A gênese da luta pelo processo de organização da indústria no Brasil: a Associação Industrial do Rio de Janeiro e sua luta pela indústria nacional no século XIX (1870-1888)**. 2011. 199 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.
- BACHA, Edmar. Integrar para crescer: O Brasil na economia mundial. In: ASDD, 1. 2013, São Paulo. **Coletânea de capítulos na agenda "Sob a luz do sol"**. São Paulo: Centro de Debate de Políticas Públicas, 2014. p. 104 - 114.
- BARRETO, Patrícia Regina Corrêa. **Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: o templo carioca de Palas Atena**. 2009. 385 f. Tese (Doutorado) - Curso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- _____. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: Oficina de Homens. **XIII Encontro de História Ampuh-rio**, Rio de Janeiro, p.1-8, ago. 2008.
- BASTIAN, Eduardo F.. O PAEG e o plano trienal: uma análise comparativa de suas políticas de estabilização de curto prazo. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, n. 1, p.139-166, 2013
- BENTIVOGLIO, Júlio César. Laboração e Aprovação do Código Comercial Brasileiro de 1850: Debates Parlamentares e Conj. **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p.37-52, 2005.
- _____. **O império das circunstâncias: o Código Comercial e a política econômica brasileira (1840-1860)**. 2002. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Historia Economica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BICALHO, Aurélio; GOLDFAJN, Ilan. **Sob a Luz do Sol: Medidas para elevar a contribuição do trabalho ao crescimento econômico e melhorar a competitividade**. 2014
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; REGO, José Márcio. **Conversa com economistas brasileiros**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BORGES, Maria Angélica. Gudin: neoliberalismo versus inserção internacional do Brasil. **Lutas Sociais**, [S.l.], n. 3, p. 31-58, abr. 2004. ISSN 2526-3706.

CABELLO, Andrea Felipe. **As Contribuições à Macroeconomia de Mario Henrique Simonsen**. 2012. 195 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10740/1/2012_AndreaFelippeCabello.pdf>. Acesso em: 25 maio 2017.

CAMPOS, Roberto. **A Lanterna na Popa: Memórias**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004. 1460 p.

_____. Mario Simonsen, um matemático humanista. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 52, p.9-14, 1998.

DACANAL, Pedro Hoeper. **A conversão de Roberto Campos**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica, Vitória, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1999.

DELFIN NETTO, Antônio. Ok, Roberto Campos, você venceu! **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2001.

DRAZEN, Allan. Is There a Different Political Economy for Developing Countries? Issues, Perspectives and Methodology. **Journal Of African Economies**, Oxford, v. 17, n. 1, p.18-71, 2008.

FARIA JUNIOR, Carlos de. **O Pensamento Economico de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu**. 2008. 352 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FARIA, Fernando Antonio. Joaquim Murinho: criadores e criatura. **Intellectus**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 04, p.1-10, 2005.

FARO, Luiz Cesar; GATTO, Coroliano. **Mario**. São Paulo: Sul America, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Zahar, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Keynes: O Liberalismo Econômico como Mito. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, p.425-447, dez. 2010.

_____; MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Metalistas x papelistas : origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvim. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p.203-233, maio/Não é um mês valido! 2012.

FRIEDMAN, Milton. **Essays in Positive Economics: The methodology of positive economics**. Chicago, Il: Chicago University Press, 1953.

GAMBI, Thiago F.r.. O segundo Banco do Brasil como banco da Ordem. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Anpuh, 2011.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Das controvérsias teóricas à política econômica: pensamento econômico e economia brasileira no Segundo Império e na Primeira República (1840-1930)**. 1997. 265 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GUDIN, Eugenio. O caso das nações subdesenvolvidas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, p.47-78, set. 1952.

_____. **PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA**. 9. ed. Rio De Janeiro: Agir, 1979.

_____; SIMONSEN, Roberto Cochrane. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília: Ipea, 2010. 202 p.

GUGLIOTTA, Alexandre Carlos. **Entre trabalhadores imigrantes e nacionais: Tavares Bastos e seus projetos para a nação**. 2007. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

HOFFMAN, Rodolfo. Considerações sobre a evolução recente da distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p.7-17, 1973.

KRUGMAN, Paul. **The Age of Diminished Expectations: U.S. Economic Policy in the 1990s**. Massachusetts: The Mit Press, 1994.

LISBOA, José da Silva. **Observações Sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fábricas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999.

LISBOA, Marcos de Barros (Org.). **A agenda perdida: Diagnósticos e propostas para a retomada do crescimento com maior justiça social**. 2002. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~joses/Agenda_Perdida.pdf>. Acesso em: 10 junho. 2017.

LISBOA, Marcos de Barros. Miséria da crítica heterodoxa- primeira parte: sobre as críticas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.5-66, jan. /jun. 1997.

_____. Miséria da crítica heterodoxa- segunda parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p.113-151, 1998.

LUZ, Nícia Villela. **A luta pela industrialização do brasil**. São Paulo: Alfa-omega, 1975.

_____. **Ideias economicas de Joaquim Murtinho**. Brasília: Senado Federal, 1980.

- LYNCH, Christian Edward Cyril. O Conceito de Liberalismo no Brasil (1710-1810). **Araucária: Revista iberoamericana de filosofia, política y humanidades**, Sevilla, v. 1, n. 17, p.212-234, maio 2007.
- MENEZES FILHO, Naercio. **Sob a Luz do Sol: Transformando a vida dos mais pobres**. 2014
- MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. As Controvérsias Monetárias do Século XIX. **Ensaio Fee**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p.80-97, abr. 1994. Trimestral.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **Um moralista nos trópicos: o visconde de Cairu e o duque de la Rochefoucauld**. 2001. 285 f. Tese (Doutorado) - Curso de Teoria e História Literária, Unicamp, Campinas, 2001.
- MONTEIRO, Pedro Meira. **Um moralista nos trópicos: o visconde de Cairu e o duque de la Rochefoucauld**. 2001. 285 f. Tese (Doutorado) - Curso de Teoria e História Literária, Unicamp, Campinas, 2001.
- PAIM, Antonio. **História do Liberalismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Mandarim, 1998.
- PEREZ, Reginaldo Teixeira. **O pensamento político de Roberto Campos: da razão de estado à razão de mercado (1950-1996)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PRADO, Eleutério F. S.. A ortodoxia neoclássica. **Estudos Avançados**.2001, vol.15, n.41, pp.9-20. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000100003>.
- RONCI, Marcio. Contribuição de Simonsen à economia política brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n. 52, p.137-145, fev. 1998.
- SALOMÃO, Ivan Colangelo. **O desenvolvimento em construção: um estudo sobre a pré-história do pensamento desenvolvimentista brasileiro**. 2013. 190 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- _____; FONSECA, Pedro César Dutra. Heterodoxia e industrialização em contexto agrário-exportador: o pensamento econômico de Rui Barbosa. **América Latina En La Historia Económica**, México, v. 22, n. 1, p.150-178, jan./abr. 2015.
- SANTOS, Marcelo Henrique Pereira dos. **Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castelo Branco**.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992. p. 9-31.
- SEN, Amartya. **On Ethics & Economics**. Oxford: Blackwell, 1987.
- SIMONSEN, Mário Henrique. **Inflação: Gradualismo X Tratamento de choque**. Rio de Janeiro: Apec, 1970.

_____. Keynes versus expectativas racionais. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p.251-262, ago. 1986.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.